

CAPÍTULO V

A POLÍTICA E A HISTÓRIA

1. A POLÍTICA MORAL, E CIVIL, AULA DA NOBREZA LUSITANA.

UMA OBRA AO ARREPIO

Em 1761 saiu o VII tomo da *Aula*. Tinha licença de impressão desde Maio de 1754 e a primeira aprovação concedida ainda em 1750. Vicissitudes sabidas – o desterro, depois o terramoto, logo o atentado e suas “resultas” – demoraram a estampa de um volume aprontado dez anos antes¹, mas que o autor retocou até entrar nos prelos de Francisco Luís Ameno: “...até o presente [ano] de 1760, em que estamos...”, intercala por mais de uma vez². Efeitos da dilação, o parecer do revisor do Santo Ofício – que comparava os sete tomos que ora se perfaziam “às sete maravilhas do mundo tão celebradas, e aplaudidas de todos: estas por serem quase de imensa grandeza, aqueles porque em corpo pequeno contêm todas as coisas grandes” (p. inum.) – era ainda subscrito, no Real Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus, pelo inaciano P. Joseph da Costa; e endereçado a Sua Eminência o Cardeal D. Nuno da Cunha, que aos 16 de Setembro de 1750, dia da censura, ainda estava entre os vivos.

Quedou-se pelos sete, em lugar dos “oito, ou dez volumes, que há-de conter esta obra”, segundo o projecto explanado no “Proémio” ao tomo I e no qual o autor também adiantava ao leitor que “dos muitos volumes, que tenho delineado, me parece, que te posso prometer dois em cada ano” (p. inum.). *Grosso modo* cumpriu por sua parte, pois no lustro compreendido entre 1746 e 1750 apresentou um naquele ano, três em 1747, outro em 1749 e dois em 1750 – contando pelas primeiras respectivas licenças. A obra ficou porém inconclusa. Voltaria a ela muito mais tarde, após durante a década de Setenta se ter aplicado a compor a *História Geral de Portugal*, catorze tomos manuscritos que na impressão *in-octavo* deram vinte. Nesse conato de reatamento, justifica-se assim:

“Ilustríssima, e Fidelíssima Nobreza Lusitana, nos primeiros anos da minha vida formei o corpo da Política Moral, e Civil para instrução das vossas Mocidades. Eu concluí as Matérias, que vos prometi no Título. As revoluções do tempo divertiram chegar às vossas mãos os últimos Tomos. Não cuidei então de os reformar: Menos o farei agora retirado, e velho, quando nada das temporalidades me lembra. Naquele

¹ Da dedicatória a D. José, já rei, datada de Ayamonte, 12 de Agosto de 1750, e que antecede o IV tomo, se tira que o VII estava então pronto: “Os primeiros sete Tomos desta Obra, que são os frutos da minha mocidade, e que eu tive a honra de consagrar a Vossa Majestade, sendo Príncipe, como obsequiosas primícias da minha humilde obediência, torno agora a oferecer a Vossa Majestade, sendo já Rei, e os mais que se lhes hão-de seguir, como devidos tributos da minha reverente vassalagem” (pp. inumers.).

² Pp. 32, 186, 392, 493. Também alude a Carlos III de Espanha “que actualmente reina” (p. 78), “actual reinante” (p. 154), “hoje reinante” (p. 184), “tomou posse da [coroa] de Espanha em o ano de 1760” (p. 185) e foi rei de Nápoles “até o ano de 1760, em que por morte de seu irmão Fernando VI Rei de Espanha, por falta de sucessão, lhe sucedeu na Coroa” (p. 516, que é a última deste VII tomo).

tempo deu a pena outro voo, e escrevi toda a História de Portugal, que brevemente vereis pública”³.

Tal o *incipit* do que deveria ser o tomo VIII da *Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, título a que Faria e Castro, desenganadamente alijado de vãs terrenidades e todo ele de arremesso para os páramos etéreos, antepôs agora com propriedade um *Espírito da* e pospôs com igual pertinência um *Demonstrado em Pensamentos Católicos, Morais e Políticos*. Mais de dois centenares de fólhos compactos de metafísica cerrada e teodiceia, conforme aliás se denuncia na continuação: “Agora volta a voar a pena pela mesma Esfera para entreter honestamente os meus dias últimos. Ela voa, mas em espírito, que suspira pelo seu centro quando a carne está morta a todas as sensações. É Deus o centro dos nossos espíritos. Dele entro a falar neste primeiro dos meus Pensamentos Católicos, bem necessário despertá-los, quando a Libertinagem corre pelo mundo tão solta”⁴. A este manuscrito acresceu, que a senectude se o desatou do mundo não lhe curou a grafomania, um tomo IX, tão grosso e balofo quanto o anterior e como ele mais difícil de esburgar que ossos de galinha velha... A ambos a Real Mesa Censória deu por atacado um seco e brusco despacho de *escusado* – nem mais uma palavra – aos 17 de Agosto de 1786⁵. Neste mesmo ano eram publicados os cinco primeiros tomos da *História Geral de Portugal*.

A dedicatória, à *Rainha Nossa Senhora D. Maria I*, abre com esta efusão: “Que feliz tem sido a fecunda produção das minhas curiosas aplicações do tempo dos meus anos os mais verdes, até a presente idade já madura! Que feliz a minha longa vida privada, recolhida no meu doce, deleitável retiro para sazonar frutos de vasta lição, e de profunda meditação! Feliz a minha *Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, que há tantos anos corre firme, gira segura debaixo da Real Protecção do Senhor Rei D. José I Augusto Pai de Vossa Majestade, que está na Glória...” (HGP, I, pp. inumers.).

Já septuagenário, entrado na quadra outoniça, o ufano balanço, vida privada à parte, suscita fundadas reservas. Empresa, magna e ambiciosa empresa da juventude do *curioso aplicado*, que a executou e lançou no final do reinado joanino, a *Aula* interrompeu-se, e o autor tem disso consciência cabal, pelas “revoluções do tempo”. Na primeira década do reinado josefino, transição para outro modelo ideológico e político, persistiu, por força da inércia, o movimento sincopado dos tomos remanescentes. A partir dos anos sessenta – na segunda metade saem os textos doutriniais do P. António Pereira de Figueiredo⁶ e a *Dedução cronológica e analítica* (1767)⁷ – o ímpeto do pombalismo ascendente e a plasmar-se tornou caduca e cilindrou uma obra produzida ainda sob a égide do cânone cultural da proscrita Companhia de Jesus. Damião nada mais publicou e a *Aula* soçobrou na tormenta. Ele o diz: “Tormenta furiosa, Inverno rigoroso havia sofrido Portugal desde o ano de 1755 até agora”; este *agora* é o ano de 1770: “Do ano de 1770 para diante bem podemos discorrer serenada a tormenta...”⁸. Exacto, o pombalismo triunfara.

³ *Espírito da Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana, Demonstrado em Pensamentos Católicos, Morais, e Políticos. Seu Autor Damião António de Lemos Faria e Castro. Tomo VIII*, manuscrito encadernado da biblioteca “Algarviana”, que foi de Mário Lyster Franco e hoje pertença da Região de Turismo do Algarve. A cita a pp. 1-2.

⁴ *Ibidem*, p. 2.

⁵ Os despachos foram apostos no verso da última folha de um e outro manuscritos.

⁶ *Doctrina Veteris Ecclesiae* (1765), *Tentativa Teológica* (1766), *Appendix e ilustração da “Tentativa Teológica”* (1768), *Demonstração Teológica* (1769), obras em que se vazou o pensamento regalista do teórico pombalino. Cf. Zília Osório de Castro, “O regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo”, in *Cultura – História e Filosofia*, vol. VI, 1987, pp. 357-411.

⁷ Cf. J. S. da Silva Dias, “Pombalismo e teoria política”, in *Cultura – História e Filosofia*, vol. I, 1982, *maxime* pp. 45-61.

⁸ *História Geral de Portugal*, t. ms., BAC, Série Azul, Ms. 691, pp. 82-83 e 88.

De 1771, apoteose do absolutismo reformador, é o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*, minudencioso repositório dos “estragos” que os jesuítas cometeram quer nos estudos superiores quer “nas Aulas de todos estes Reinos”⁹, entre os quais “estragos”, e não era o menor, terem estabelecido “por base da Moral Cristã a Ética de Aristóteles”¹⁰, essa “corruptíssima Ética”¹¹ que se profliga no Capítulo II da Parte II, cujo “Appendix” – da lavra do P. António Pereira de Figueiredo¹² – carrega na acusação aos mesmos jesuítas de “corromperem a Religião, e depravarem os costumes com a Lição, e Estudo da Ética do mesmo Aristóteles”¹³.

Pelo que à *Aula* – cujo próprio título logo proclamava o cunho pedagógico da obra – nem o invocado patrocínio do príncipe do Brasil¹⁴, reiterado quando sucedeu no trono¹⁵, salvava. “As Éticas de Aristóteles foram o norte, que sempre seguiu o rumo do meu discurso”, enuncia no *Proémio a toda a qualidade de leitores*, para acrescentar: “Aquilo, que ele escreveu como Filósofo, fui eu acomodando às minhas ideias Políticas...” (Aula, I, p. inum.). Daí advém a proposta de uma *Política Moral*, ou, por comutação, posto que elas se subsumem, de uma *Moral Política* “que forma as máximas para o governo público” – qualificativo este último que equivale a *civil* – “e com elas se sabem reger, segundo as suas qualidades, os Príncipes, e os Vassalos” (Aula, II, p. 16). Uma *Política Moral, e Civil* em que, nos termos da encarecida abonação outorgada *in limine* pelo P. Paulo Amaro, da Companhia de Jesus, o “engenhoso e erudito Autor” ajuntou, não só o que de melhor se contém, entre outros, em Aristóteles, Tácito e Justo Lipsio, mas sobretudo, “e o que no meu conceito é mais estimável, as máximas da Política, com os ditames da Cristandade, tanto contra o que hoje se ensina com prática nas maiores Aulas do mundo, como se não [se] pudesse ser um bom Político sem se ser mau Católico”¹⁶.

Aquele “hoje” remete para um presente continuado que remonta a Maquiavel e ao efeito eversor que o seu *Príncipe* (acabado em 1513, impresso em 1531¹⁷) acarretou

⁹ *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972 (reprodução fac-similada da edição de Lisboa, Na Régia Oficina Tipográfica, Ano MDCCLXXI, Por Ordem de Sua Majestade), p. VIII.

¹⁰ *Ibidem*, p. X.

¹¹ *Ibidem*, p. 192.

¹² Cf. Ana Cristina Araújo, “Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo”, in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, p. 21.

¹³ *Compêndio histórico*, *op. cit.*, p. 349.

¹⁴ A dedicatória, no t. I, *Ao mui alto, e muito poderoso Príncipe do Brasil D. José*, principia: “A Política Moral, e Civil, Aula da Nobreza Lusitana não pode buscar outro Protector senão a V. Alteza, que é o Príncipe dos Nobres de Portugal” (p. inum.).

¹⁵ Datada de Ayamonte, 12 de Agosto de 1750, o t. IV inclui renovada dedicatória *Ao Augusto, e Fidelíssimo Monarca D. José Nosso Senhor*, que também principia: “Os primeiros sete Tomos desta Obra, que são os frutos da minha mocidade, e que eu tive a honra de consagrar a Vossa Majestade, sendo Príncipe, como obsequiosas primícias da minha humilde obediência, torno agora a oferecer a Vossa Majestade, sendo já Rei, e os mais que se lhes hão-de seguir, como devidos tributos da minha reverente vassalagem. Saíram à luz os primeiros debaixo do Real amparo de Vossa Majestade com aquele Título: continuam os mais em solicitar a sua Augusta protecção com este predicado. Príncipe, e Rei tive, e hei-de ter a fortuna, de que Vossa Majestade me favoreça”.

¹⁶ “Censura”, pelo Ordinário, no t. I da *Aula*, p. inum. O P. Paulo Amaro destacou-se na defesa da escolástica contra qualquer inovação. Cf. António Alberto de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo*, p. 11; Rómulo de Carvalho, *A física experimental em Portugal no século XVIII*, p. 74; Francisco Contento Domingues, *Ilustração e catolicismo*, p. 54.

¹⁷ As obras de Maquiavel apareceram em 1531-1532, com autorização do papa Clemente VII (um Médico). Foram incluídas no *Index librorum prohibitorum* por Paulo IV em Janeiro de 1559, e no Tridentino em 1563; em Portugal no *Index auctorum et librorum* atribuído a 1559 (cf. Artur Moreira de Sá, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*, Lisboa, INIC, 1983, p. 231), reiterado no *Rol dos livros defesos nestes Reinos & Senhorios de Portugal q ho Senhor Cardeal Iffante Inquisidor geral*

na arraigada tradição escolástica que subordinava a conduta “política” aos dogmas da teologia moral. A dicotomia operada pelo florentino culminou na antítese repudiada pelo jesuíta: ou político, ou católico, porque o bom político inexoravelmente é mau católico e o bom católico fatalmente mau político. Esta tensão eclodiu, pois, no limiar dos tempos modernos, acompanhando o emergir e a afirmação das entidades soberanas e rivais – dos Estados – sobre os escombros da unidade medieva de uma *respublica christiana* que, ideal que fosse, tinha a sua encarnação no Império e no Papado; definitivamente fragmentada, a ficção não suportava o choque da crua realidade das disputas territoriais e religiosas que assolaram a Europa quinhento-seiscentista, um mundo político assaz instável, a conjuração dos émulos externos ou internos ameaçando o poder de cada governante.

Donde o inelutável conflito, axialmente imputado ao propugnado amoralismo e secularismo – crismado de “ateísmo” e “razão de Estado” – maquiavélico. Nessa referência se situou e avantajou o pensamento político católico-barroco e contra-reformista ibérico – promovido, aliás, a partir de outra península, a itálica, por Botero, discípulo dos jesuítas, no *Della Ragion di Stato* (1589), livro de êxito imediato e um dos mais lidos na centúria seguinte, com várias edições em castelhano¹⁸. E, basicamente, o intento dialéctico do abade piemontês e dos seus sequazes hispânicos impugnadores do maquiavelismo cifra em reduzir a antítese a uma renovada síntese, acomodando em solução integrada e realista as valorações da moral católica – cuja supremacia se preservava – às condições históricas que impunham outras pautas ao agir político eficaz¹⁹. Esse património comum forneceu à *Política Moral, e Civil* a directriz para “unir a Política com a Piedade, contra os ditames dos Maquiavelos, Bodinos, e outros filhos do Século, que abrem sobre o Ateísmo os fundamentos da Civilidade, supondo o bom Católico mau Político” (Aula, V, p. 10).

A EDUCAÇÃO DA NOBREZA

Mas a *Política Moral, e Civil* é, também, uma *Aula da Nobreza Lusitana* – e, particulariza-se no apêndice da intitulação, *Autorizada com todo o género de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos Príncipes, e mais Políticos*, prosseguindo na folha de rosto, em tipo mais miúdo, com a nómima das matérias: *Dividida em vários volumes, em que se dá notícia de...* O título binário está indigitando o duplo enfoque pedagógico que estrutura a obra. No primeiro elemento colige a

mandou fazer no Anno de 1561 (idem, p. 329); no espanhol só o foram em 1583. A partir da condenação não há edições nos países católicos (apesar de que Maquiavel continuasse a ser lido), com excepção de França.

¹⁸ Cf. a “Introdução” de Luís Reis Torgal à primeira tradução portuguesa de João Botero, *Da Razão de Estado*, Coimbra, 1992. Aí escreve, a propósito do grande sucesso editorial do livro, que “logo em 1593 Antonio Herrera traduz a obra para castelhano, seguindo-se depois várias reimpressões, que chegaram depressa a Portugal” (p. XXVI). Na “Bibliografia”, 1. 3., recenseia as obras de Botero existentes nas bibliotecas portuguesas (pp. LVIII-LXIV). Cf. ainda Friedrich Meinecke, *La idea de la Razon de Estado en la Edad Moderna*, pp. 68-72, e Francisco Murrillo Ferrol, *Saavedra Fajardo y la politica del Barroco*, pp. 156-160.

¹⁹ Além das obras acabadas de citar na nota anterior, cf. ainda José Antonio Maravall, “Maquiavel y maquiavelismo en España”, in *Estudios de historia del pensamiento español*, III, pp. 39-72; *La razón de Estado en España, siglos XVI-XVII (Antología de textos)*, Madrid, Tecnos, 1998, com interessante estudo preliminar de Javier Peña Echeverría; Carmen López Alonso e Antonio Elorza, *El hierro y el oro. Pensamiento político en España, siglos XVI-XVIII*, Madrid, Historia 16, 1989; Ricardo García Cárcel, *Las culturas del siglo de oro*, Madrid, Historia 16, 1989. Em Portugal, Martim de Albuquerque, *A sombra de Maquiavel e a ética tradicional portuguesa*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974, e “Política, moral e direito na construção do conceito de *Estado* em Portugal”, in *Estudos de cultura portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1984, pp. 124-211; também Virgílio Taborda, *Maquiavel e antimaquiavel*, Coimbra, 1939.

copiosa produção de tratados político-morais de educação de príncipes e nobres (*espelhos, regimentos*), com pródromos tardomedievais – no século XIII os de Egídio Romano e S. Tomás de Aquino, ambos de molde aristotélico e modelos dos posteriores²⁰ – e efloração renascentista, para grassarem como endemia no clima mental da época barroca²¹. Pelo meado do século XVIII, contudo, a educação moral, embora primasse e conformasse, era patente que não bastava a ministrar a príncipes e nobres as competências requeridas para o exercício das suas funções de *políticos civis*; impunha-se portanto compaginar o preceituário ético-religioso e a transmissão condensada de um reportório de conhecimentos sumativo e generalista, “enciclopédico” sem ser “enciclopedista”. Desse consórcio resulta a *Aula*, para, na palavra autorizada do outro muito reverendo padre censor, o erudito D. António Caetano de Sousa, que também cauciona o cometimento, “instruir na Política Civil, e Moral a Nobreza de Portugal, e ao mesmo tempo afeiçoá-la às Ciências”.

Em dois *Proémios* consecutivos, endereçados respectivamente *a toda a qualidade de leitores* (este sem numeração de páginas²²) e *à Nobreza* (pp. I-XXII), Faria e Castro dá razão do escopo da obra, do estilo e divisões dela. “Ofereço”, esclarece no primeiro, “uma regra do ABC, para que se principiem a limar aqueles, que hão-de vir a ser cultos”; um futuro próximo, a que a representação corporativa e organicista da sociedade confere significado: “Há-de vir tempo, no qual as estaturas pueris organizem o gigante de República; e para que este seja proporcionado, é necessário ajustar-lhe os membros”. Ora, na economia e harmonia das funções vitais desempenhadas por cada membro do corpo social, análogo ao da pessoa física, cabe aos nobres ser *políticos*, no sentido lato do vocábulo; essa atribuição determina o destinatário privilegiado: “Particularmente se encaminha esta Obra à Nobreza juvenil; porque os Fidalgos têm mais obrigação de ser Políticos, já que nasceram ilustres”.

No segundo *Proémio* explicita estes postulados. Começa declamando à nobreza: “Escrevo a Política Moral, ou Ética perfeita, e abro-vos uma Escola para aprenderes (*sic*) as regras, a que haveis de ajustar as vossas acções. Todo o homem tem obrigação de ser Político, pelas mesmas obrigações que tem de ser homem. A este preceito, que impôs a natureza em qualquer indivíduo humano, ajuntou outra lei, não menos rigorosa, a soberania do nascimento ilustre” (p. I). Entre linhagem e mérito, virtudes transfundidas pelo sangue e virtudes auferidas pelas obras, o argumentário oscila na justificação dos *officia* nobiliárquicos. Nada profere de semelhante à síncrona negação de Verney na 13.^a Carta do *Verdadeiro método de estudar*, segundo a qual a nobreza não equivale a virtude nem radica na grandeza genealógica, que é a sua “última e ínfima classe”, pelo que, declara acintemente, “os homens insignes é que são os verdadeiros nobres” e “o nascimento não tem influxo algum”, quando muito podendo – chiste do *Barbadinho* – o sangue do pai “comunicar ao filho alguma enfermidade hereditária (...),

²⁰ O *De regimine principum*, do agostinho Egídio Romano, destinava-se à educação do filho de Luís XI, Filipe o Belo. Por sua vez o do aquinatense, também conhecido pelo mesmo nome ou como *De monarchia*, titulava-se realmente *De regnum at regem Chipri*, destinado a este rei; existe tradução castelhana: Santo Tomás de Aquino, *La monarchia*, Madrid, Tecnos, 1989, edição crítica com útil estudo preliminar de Laureano Robles e Ángel Chueca.

²¹ Cf. a excelente síntese de Sagrario López Poza na “Introducción” a Diego Saavedra Fajardo, *Empresas políticas*, Madrid, Cátedra, 1999, pp. 23-31, com indicações bibliográficas na nota 13 da p. 24. Joaquim Ferreira Gomes, no cap. II de *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*, Un. Coimbra, 1964, apresenta uma listagem de 55 obras para a educação de príncipes e nobres, compreendidas entre os séculos XIV e XVIII e anteriores à publicação, em 1734, dos *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Cerca de metade dessas obras pertence ao século XVII.

²² Todas as próximas citações sem outra indicação de origem referem-se a este *Proémio a toda a qualidade de leitores*.

mas de modo nenhum lhe comunica vícios, nem virtudes”²³. Longe desta radicalidade jusnaturalista e laicista, induzida pela recta razão e aferida pelo critério da utilidade civil, a ética de Damião sustenta-se na primazia das excelsas qualidades biologicamente transmitidas: “Grande fortuna é a de nascer de pais ilustres. Os influxos do sangue estimulam o ânimo para obrar com bizarria. (...) Quem goza nobreza herdada, logra estimações universais”; e só após tempera: “porém se as acções desmentem a qualidade, é a nobreza a maior infâmia” (p. IV). Insiste depois profusamente na injunção de *honrar*, emulando-as, as virtuosas façanhas dos ascendentes: “Estimável é a honra da nobreza: muito mais o obrar como homem honrado. Aquela é reflexo alheio: esta é luz muito própria” (p. IV); e: “Pouco estimável é a nobreza, quando a não acompanham as virtudes” (p. V). Aqui é manifesta a influência de Séneca, que aliás cita por seis vezes nestas páginas²⁴.

Damião fidalgo, ingressado na mesocracia nobiliária pela ínvia aquisição do cavaleirado de Cristo, cria deveras na superioridade atávica, sancionada pelo privilégio e pelo costume, da nobreza de linhagem e na sua congénita e exclusiva prerrogativa *política* a mandar. Damião moralista, influído pelo senequismo cristianizado, enaltece a nobreza das virtudes e reclama que os nobres – os *políticos* – se assumam depositários e alfobres delas. Para isso, para os situar à altura dos tempos e lhes salvaguardar o estatuto e o prestígio legitimador da sua posição de elite dirigente da sociedade, a educação; a educação integrada, ética mais “ciências”; a *Aula*. Na fidalguia a virtude será infusa, nanja o saber. Pois que até os príncipes, “ainda que nasçam de Reis e para Reis não são logo sábios, [e] é preciso que a educação lhes supra os defeitos da natureza, que têm de homens” (p. XIII)... Noutro passo do volume é categoricamente incisivo: “Não é menos incapaz de conselho o Fidalgo, ainda que muito grande, se não tem juízo. A fortuna do nascimento dará privilégios, mas não infunde capacidade. A nobreza sem predicados é título vão. O Fidalgo ignorante vota o que quer, e não o que entende; porque não sabe o que há-de entender; nem entende o que vota. Quanto mais presume, mais erra; e quanto mais fala, menos diz” (p. 145).

De maneira que a obra se destina *particularmente* à nobreza; uma nobreza que se quer virtuosa e não viciosa, instruída e não ignorante, ilustre mas também ilustrada; roborada, em suma, para se recomendar socialmente como vaso de eleição dos mais sublimados dons e destarte continuar desfrutando do incontradito carácter de escol dominante. Todavia, não só à nobreza; o primeiro proémio, *a toda a qualidade de leitores*, revela que visa outrossim um público leitor mais amplo, constituído não já por *políticos* mas por aqueles que, sem o serem nem aspirarem a sê-lo – não nasceram para tal, numa sociedade imota e infensa ao arrivismo –, interessa contudo cativar para uma certa *política*; um leitorado não despreciando e cuja adesão convém granjear ideológica e

²³ Ed. Sá da Costa, vol. III, pp. 269 e 276.

²⁴ Cf. notas 14, 28, 30, 32, 33 e 46; a obra citada são as *Epistulae morales ad Lucilium*. A posição moral, de formulação senequista, que procurava basear a verdadeira nobreza na virtude e no mérito, e não o inverso, teve grande acolhimento no Renascimento e subsiste na Contra-Reforma. “En la España del XVII”, assinala José Antonio Maravall, “es tal el entusiasmo por Séneca que se llega a plantear la cuestión de su cristianismo” (*Estudios de historia del pensamiento español*, III, p. 418). Em todo este tomo I da *Aula*, o único que apresenta notas remissivas infrapaginais, Séneca é o autor mais citado (48 para um total de 991, o que equivale a 4,8%), acima ainda de Aristóteles (40, ou 4%), e superado só – evidentemente – pela Bíblia (221, ou 22,3%); seguem-se Tácito (32, ou 3,2%) e Cícero (29, ou 2,9%). Faria e Castro associa o filósofo estóico ao culto barroco pela *honra*; assim nos *Gemidos da reputação ofendida*, pp. 3-4: “Sem o mínimo escrúpulo de ofender a Modéstia, antes com certezas de lisonjear a virtude, digo na face de todo o mundo, que me prezo muito de ser Homem de Honra, não somente pela que tenho herdada dos meus ilustras Ascendentes; mas pela que me adquirem as minhas acções” – e louva-se no “Grande Séneca”.

culturalmente, fornecendo-lhe “alimento proveitoso para a saúde Moral, e Civil” e para que, assimilando-o, se adstrinja ao paradigma nobiliárquico.

MÉTODO E ESTILO

Dentre a panóplia de recursos socioculturais que o dirigismo barroco empregou para endoutrinar, avultou, a par de outros como o teatro e a parenética – idóneos a catequizar as massas iletradas –, dotados de notória compulsão para *movere*, a literatura chamada *emblemática* nas suas diversas modalidades; uma delas, com grande fortuna, a das *empresas* – composição tripartida em que à figura alegórica se junta um lema ou mote, lapidar e aguda sentença interpretada discursiva e conceptisticamente de modo a declarar o sentido, mais ou menos críptico, que desentranha. A presteza didáctica desses símbolos e enunciados mnemotécnicos, desenvolvidos segundo os meios da retórica persuasiva no texto explicativo, ganhou um favor generalizado na tratadística político-moral da época, cuja máxima realização foram as *Empresas políticas* (1640), de Saavedra Fajardo, também dedicadas à educação de um príncipe, o filho de Filipe IV²⁵.

Faria e Castro tem o modelo presente, embora o não repute azado para vazar a sua *Aula*. O programa desta, está sabido, decorre de um vértice – porque “se o Político Civil o não for Moral, pouco merece este nome” – que é a doutrina moral, o compêndio das virtudes que “irão instruindo um Príncipe, e Político, ajustando-lhe as acções aos ditames da Prudência”, a virtude por antonomásia; mas a educação não pode mais conter-se numa aretologia: carece do complemento sólido de uns saberes totalizantes, que se consideram impreteríveis e que à “Ética, Política verdadeira” acrescentem “todas as Ciências, e Artes”. Atrás consignara, rendendo culto a Aristóteles, que “aquilo, que ele escreveu como Filósofo, fui eu acomodando às minhas ideias Políticas”; as quais, atalha de seguida, “com muita facilidade pudera reduzir a Empresas, se elas fossem o único objecto desta Obra”; porém não o são, o que denuncia o esgotamento desse género literário seiscentista perante as novas exigências culturais; donde que as tais ideias *políticas*, a modos de propedêutica, “só servem de venerável prelúdio”. E pois que “este fim, como tão nobre, deveria ter o primeiro lugar”, optou por lhes consagrar o tomo I, introdutório dos restantes.

Sacrifica o *movere* pelo *docere*, mas não desdenha o *delectare*. “Para fazer esta lição gostosa aos engenhos aplicados, desejei orná-la com a cultura do estilo, e com a variedade delectável de muitas erudições sagradas, e profanas”. Sem dúvida, e como era de regra na preceptística barroca, mormente jesuítica²⁶. O apreciado estilo erudito devia sustentar-se em cópia de *loci communes*, *exempla*, *dicta*, retalhos adrede forrageados não *in fonte* mas na farramagem dos analectos, centões, florilégios, cornucópias, silvas, polianteias e demais cartapácios aparelhados para fornir a “retórica das citações”²⁷,

²⁵ Cf. a citada “Introducción” de Sagrario López Rosa a Diego Saavedra Fajardo, *Empresas políticas*, pp. 31-33; Francisco Murillo Ferrol, *Saavedra Fajardo y la política del Barroco*, pp. 25-34; José Antonio Maravall, “La literatura de emblemas como técnica de acción sociocultural en el Barroco”, in *Estudios de historia del pensamiento español*, III, pp. 197-222, e *La cultura del Barroco*, *passim*. A empresa distingue-se por um propósito ou fim a realizar, a empreender, e por isso se designa assim. Constituem uma *empresa* a figura, o lema e a explicação da insígnia da Academia Real da História Portuguesa: D. João V, anota Faria e Castro, deu-lhe “por empresa o simulacro da verdade com a letra: *Restituet omnia*: para que ela seja, a que examine, e apure a verdade sincera da história antiga Eclesiástica, e Política do Reino” (Aula, IV, p. 409).

²⁶ Preceituava com efeito a *Ratio studiorum* (XVI, 5): “retirar dos lugares retóricos e tópicos abundância de argumentos em favor de qualquer tese, e outras coisas semelhantes” (*ex locis rhetoricis et topicis plurima ad rem quampiam argumenta depromere, et alia generis eiusdem*) – apud Domingo Ynduráin, *Humanismo y Renacimiento en España*, Madrid, Cátedra, 1994, p. 525.

²⁷ Cf. Marc Fumaroli, *L’âge de l’éloquence*, que a pp. 738 e segs. elenca as principais produções livreiras destinadas a alimentar essa “retórica das citações”.

alguns dos quais Faria e Castro traz à colação. Assim alude neste proémio ao “famoso Pierio, nos seus *Jeroglíficos*”²⁸, à “estupenda Obra de Lourenço Beyerlinch”²⁹, ao “discretíssimo Causino”³⁰... Tudo receiptários cómodos para, contrafazendo o lídimo humanista método *da abelha*, simular colher de autor em autor o mel da sabedoria³¹: “Com os discursos de muitos fiz o meu discurso; porque os apliquei ao meu intento. Autorizei esta Obra com os Autores, que vão citados. Muitos materiais ajuntei, não para amontoar, mas para erigir. Do suco de muitas flores compõe a abelha o favo; e sendo a matéria de outrem, o formal da Obra é muito próprio”.

Em boa verdade acumulou e multiplicou à profusão, cerzindo deste e daquele e encavalando frases, uma congérie pseudo-erudita, apopléctica e pernóstica, a encobrir a obsolescência das ideias; originalidade, ressaltando uma que outra centelha e raro acento pessoal, nenhuma. Não obstante, revê-se no figurino – estilístico e ideológico, pois que indissociáveis – do “grande Lipsio”³², que nas “suas Políticas falava com a língua de todos, e todos eram a sua língua”; de Saavedra Fajardo, que organizou as suas *Empresas políticas* “como corpo, e infundiu-lhes a alma de muitas erudições, que eram

²⁸ Giovanni Pierio Valeriano (1477-1560), dito Pierius, autor de *Hieroglyphica sive de sacris aegyptorum literis commentarii*, 1.ª edição em 1556 e muitas outras sucessivas, com grande sucesso europeu. É uma enciclopédia que, tomando como exemplo a língua sagrada egípcia, procura sistematizar as correspondências simbólicas entre emblemas e divisas, para formular uma “philosophia perennis” comum às sabedorias antigas e às Escrituras; prestava-se, por um jogo combinatório, à invenção de prosas ornadas. Cf. Marc Fumaroli, *op. cit.*, pp. 282 e 741. No *Catálogo da exposição comemorativa das “bodas de diamante” da Biblioteca Municipal de Faro* (1977), organizado por José António Pinheiro e Rosa, consta, com o n.º 86 (p. 57), os *Hieroglyphica*..., de Pierius, numa edição de Lyon, 1594; a espécie provém da *Ex Bibliotheca Domus Episcopalis Algarbiensis*. Faria e Castro, neste tomo I da *Aula*, remete expressamente por oito vezes para “Pierio”; como na p. 253: “Por jeroglífico da Temperança traz Pierio a um cavalo obediente ao freio; porque ela é a que sujeita à razão o desbocado bruto das paixões, e apetites” (e em nota infrapaginal: *Pier. liv. 4. cap. de Equo*).

²⁹ A “estupenda Obra” de Laurentius Beyerlinch (1578-1627) é: *Magnum Theatrum Vitae Humanae. Hoc est, rerum divinarum, humanarumque syntagma catholicum, philosophicum, historicum, et dogmaticum, ad normam Polyanthae universalis dispositum. Per locos communes alphabetico ordine distributum*, com múltiplas edições (a 1.ª de 1631?). Cf. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal*, p. 482. No *Catálogo* referido na nota anterior figuram duas edições do *Theatrum*, ambas de 1656, uma das quais da *Ex Bibliotheca Domus Episcopalis Algarbiensis*. Signo da frequência de Damião, estas duas alusões de diferentes lugares: “Não há muitos dias que vi esta notícia em uma autoridade de Santo Ambrósio, e se bem me lembro citada por Beyerlinch” (EP, p. 37); “... o famoso Autor do Teatro Moral da Vida Humana no Emblema 73” (Cultos, p. 91). Na carta 6.ª do *Verdadeiro método de estudar* Verney aponta o *Theatrum* como um “destes armazéns, em que pelo ABC acham-se as matérias dispostas” (vol. II, ed. Sá da Costa, p. 113).

³⁰ Refere-se ao P. Nicolas Caussin (1583-1651), jesuíta, confessor de Luís XIII de França, autor muito celebrado e influente de obras como *Eloquentiae sacrae et humanae parallelae libri XVI* (1.ª edição 1619, depois numerosas) e *Electorum symbolorum et parabolorum historicarum syntagmata ex Horo, Clemente, Epiphania et aliis* (1.ª edição 1618), ambas citadas por Faria e Castro neste tomo I da *Aula* (pp. II, III, XV, 117, 179 e 208). Cf. Marc Fumaroli, *op. cit.*, maxime pp. 279-298, e Aníbal Pinto de Castro, *op. cit.*, *passim*.

³¹ A imagem era tópica nos humanistas. Assim André de Resende, na *Oratio pro rostris*, de 1534: “... à semelhança da graciosa abelha do Himeto, que, errando pelos agros verdejantes, pasce ora estas, ora aquelas flores” (*Oração de sapiência*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 37).

³² É possível que Faria e Castro possuísse a versão castelhana, *Los seis libros de las políticas o doctrina civil de Justo Lipsio, que sirve para el gobierno del reino o principado* (Madrid, 1604), da *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex* (1589), versão recentemente reeditada com estudo preliminar e notas de Javier Peña Echeverría e Modesto Santo López (Justo Lipsio, *Políticas*, Madrid, Tecnos, 1997). Em português, Luís Marinho de Azevedo publicou em 1644 uma *Doutrina política, civil e militar, tirada do livro quinto que escreveu Justo Lipsio* (cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, II, pp. 290-291).

hábitos alheios”³³; do franciscano Frei Jacinto de Deus – dispensa-se de o nomear, o que prova ser a obra assaz corrente –, cujo “tesouro da *Braquiologia de Príncipes*, toda a sua riqueza é erudição”³⁴. E “o mesmo praticaram” – agrega – Tácito, o P. Andrés Mendo e o P. Juan de Torres. Deste último trio (cujas obras, tal como as do anterior, Damião seguramente manuseou), invoca, do “grande Tácito”, as “suas *Máximas Políticas*” – espécie que não pertence à bibliografia activa do romano, pelo que o título sugere uma das muitas aforismizações tacitianas³⁵; do “elegante Mendo”, o “seu *Príncipe Perfeito*”³⁶; e do “erudito Torres”, a “Filosofia Moral, que compôs para os Príncipes”³⁷.

Ou seja: o antimaquiavelismo caldeado com o tacitismo, ecléctica corrente que perpassa na *Aula*, lardeada sempre por um regurgitamento de erudição, pois, citando Claudio Clemente – jesuíta, afamado retórico e, aliás, autor de um radical *El maquiavelismo degollado* –, decreta por fim que “a maior gravidade do estilo é citar Autores graves”³⁸. Estilo do barroco atardado, esse que Verney na 6.^a Carta do *Verdadeiro método de estudar* – livro que, quando escreveu a *Aula*, Faria e Castro ainda não lera – tachou de “soleníssima impostura e asilo de ignorância”, cabendo Damião (se já tivesse publicado, bem poderia ter a honra de ombrear nestas páginas com o seu antagonista Filipe José da Gama...³⁹) no tipo dos tais que “nunca têm menos erudição

³³ Cf. o apartado “Erudición y fuentes. La cuestión de la originalidad de Saavedra Fajardo” na “Introducción”, já citada, de Sagrario López Poza a *Empresas políticas*, pp. 64-76.

³⁴ A *Braquiologia* [=breve discurso], do macaense Frei Jacinto de Deus (1612-1681), impressa em Lisboa, 1671, estava dedicada à educação moral e política do príncipe D. Pedro, estribando as suas concisas sentenças em citações dos grandes mestres sagrados e profanos. O livro teve reedição em Lisboa, 1949, Colecção de Clássicos do Pensamento Político Português, com um estudo de Hipólito Raposo.

³⁵ Eventualmente o *Tácito español ilustrado con aforismos* (1614), de Baltasar Álamos de Barrientos (1556-1644), que aplicou o tacitismo à construção de uma teoria contra-reformista do Estado. Cf. *La razón de Estado en España. Siglos XVI-XVII*, pp. 39-60. O guarda-mor da Torre do Tombo Luís do Couto Félix (1642-1715) publicou em Lisboa, 1715, *Tácito português, ou tradução política dos três primeiros livros dos Anais de Cornélio Tácito ilustrados com várias ponderações, que servem à compreensão assim da história, como da política*. Tácito (c. 55-c. 120), além de “discursos”, deixou as *Histórias*, consagradas à dinastia dos Flávios (Vespasiano, Tito, Domiciano) e que abrangem de 68 a 96, e os *Anais*, sobre a dinastia anterior, fundada por Augusto, até 68, ano da queda de Nero. De ambas as obras subsistiu perto de um terço do total. Nelas desvela os arcanos do poder supremo, ambições, rivalidades, força, astúcia, delação, paixões... Cf. Guy Dhoquois, *Histoire de la pensée historique*, Paris, Armand Colin, 1991, pp. 73-75.

³⁶ O jesuíta Andrés Mendo (1608-1684) foi autor de *Príncipe perfecto y ministros ajustados, documentos políticos e morales*, Salamanca, 1657, no qual reconhece certa autonomia da política, mas sempre limitada pela ortodoxia religiosa, vendo no “ímpio” Maquiavel um perigo para a subsistência do reino. Cf. *La razón de Estado en España*, pp. 255-262.

³⁷ O P. Juan de Torres foi autor de *Filosofia moral de príncipes para su buena crianza y gobierno y para personas de todos estados*, Burgos, 1596, obra publicada no ano seguinte à de Pedro de Rivadeneira, *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el Príncipe Christiano para gobernar y conservar sus Estados, contra lo que Nicolás Maquiavelo y los políticos de ese tiempo enseñan* (Madrid, 1595), e obras ambas de cunho intransigentemente antimaquiavélico. Cf. *La razón de Estado en España*, pp. 3-20.

³⁸ A citação é da obra: *Musei sive bibliothecae tam privatae quam publicae extractio, instructio, cura, vis, libri IV, accessit accurata descriptio Regiae Bibliothecae S. Laurenti Escurialis, insuper Paraenesis allegorica ad amorem litteratum*, Lugduni, Jacques Prost, 1635. Sobre esta obra, cf. Marc Fumaroli, *L'âge de l'éloquence*, p. 311. O P. Claudio Clemente (1596-1642) ingressou na Companhia de Jesus em 1612 e exerceu de professor de retórica no Colégio Imperial de Madrid. A sua obra mais conhecida foi *El maquiavelismo degollado por la cristiana sabiduría de España y de Austria*, Alcalá, 1637, que tivera duas edições latinas – *Machiavellismus yugulatus* – em 1628 e 1636. Cf. *La razón de Estado en España*, pp. 217-229.

³⁹ Viria muito a pêlo ao *Barbadinho*, quando por exemplo moteja dos panegíricos que eram uma das pragas do tempo, recorrer a Damião. Diz na carta 6.^a do *Verdadeiro método*: “Nestes Panegíricos achará V. P. duas coisas comumente: uma é Plínio e algum autor semelhante; a segunda é o Sol com as Estrelas. Mais vara, menos vara, aqui vêm dar todos. Seria, porém, melhor que estes autores pusessem de

que quando mostram ter tanta. Quem ouve aquela máquina de textos, persuade-se que é um homem de erudição infinita; mas nada menos; e eu posso jurar de muitos que não abriram os livros que citam, ainda que sejam bem usuais. Remedeiam-se com o *Theatrum Vitae Humanae*, Polyantea de Langio, e outros destes armazéns, em que pelo ABC acham-se as matérias dispostas. De que vem que os homens inteligentes não podem menos que rir-se de tais composições”⁴⁰.

Nem de propósito! E pouco mais adiante o *joculator* arcediogo acertava em cheio noutro dos caracteres do mesmo estilo: “Também não é pequeno defeito a grande repetição de sentenças sem necessidade. Persuadem-se muitos que, falando por sentenças, ficam graduados como subtilíssimos e fundadíssimos letrados. Leram em Sêneca filósofo, ou Lucano, ou Tácito, ou algum semelhante, uma quantidade destas sentenças; e, sem mais exame, nem advertência, adoptam aquele estilo, e deitam mais

parte Plínio, e dissessem alguma coisa de sua casa; e não desinquietassem as Estrelas, trazendo-as para uma coisa para a qual não calçam bem. Não é este o modo de elogiar. Disto se riem todos os homens que sabem” (ed. Sá da Costa, vol. II, pp. 108-109). Agora Damião no *Epifonema Epicédico* ao III duque do Cadaval: “Recebei, pois Senhor, estes tenros votos do meu coração obsequioso; e deixai-me (que já não falo convosco, porque vos ausentastes) buscar-vos, aonde vos ache, e procurar-vos, aonde vos encontre. Bem sei, que a terra não é lugar próprio para fazer pesquisas por uma divindade, que separada já da matéria terrena, é semelhante ao Supremo Nume, que na visão do Eterno Nume a glorifica. Darei o primeiro passo pelo globo do Sol, e observando neste Príncipe dos Astros uma composição de fogo, que não arde para consumir, antes resplandece para beneficiar; um movimento tão contínuo para influir; eclipses, que o não escurecem; máculas, que lhe não impedem o brilhar; e em diferentes horizontes sempre o mesmo no luzir; aqui me parece vejo colocado o glorioso Sólido do nosso Duque, para todos igual, único em si. Na esfera da Lua parece-me, que não poderei encontrar o nosso Duque...” (p. 31), após o que sobe “à Região de Marte”, ao “Orbe de Júpiter”, ao “remoto círculo do venenoso Saturno”, e enfim “com acelerado passo corro todas as casas do Zodíaco, e em cada uma das Dodecatemorias ou Signos celestes, vejo entronizado ao nosso Duque” (p. 33) que no entanto, “montado no Cavallo Pégaso, que do Párnaso subiu ao Céu com asas, anda voando pela Região dos Astros, observando os seus aspectos, medindo as suas distâncias, e calculando os seus influxos” (p. 35); também no *Epídíctico Lutuoso* (à memória do marquês de Valença): “Neste próprio, e circular movimento dos grandes Planetas, sempre engolfados nas luzes do maior Luminar, deram o seu giro os mais brilhantes Mercúrios de Portugal, os Ilustríssimos, e Excelentíssimos Senhores Duque do Cadaval, e Marquês de Valença. Eles foram os Astros mais luminosos do nosso Firmamento (...); eles, enfim, foram aqueles, que sendo no Zodíaco Lusitano unidos Géminis, deram sempre agasalho à fixa estrela da verdade” (p. 2); mais do mesmo: “De todos os Augustos Monarcas, que até agora têm montado o Trono Lusitano, nenhum deles igualou o ombro com o Senhor D. João o V. Desta semelhança provinha o amor, com que tratava ao Marquês, que seguindo os passos daquele primeiro Luminar, como Mercúrio, ou para lhe não diminuir os resplendores, ou para lhe aumentar os raios, girou sempre nos seus horizontes submergido entre luzes. Desta sorte brilhou o Marquês nos períodos do seu movimento, enquanto vivo; mas no último período encontrou a morte na Esfera do Sol ao pé do trono; porque só a sua casa era digno ocaso para tão luzido Mercúrio. Porém em morrer o Marquês na casa do Sol, não morreu fora da sua casa, antes foi buscar as agonias da morte na mesma origem, que lhe comunicara os espíritos da vida. Ninguém ignora, que o Marquês procede da Real Estirpe de Bragança, e que morrendo no Palácio dos Reis de Portugal, acabou na sua casa, e outra vez, como Planeta, foi unir o fim com o princípio” (pp. 7-8); também no *Oraculo de si mismo*: “La superior contemplación de nuestro Monarca empieza por la eminente altura del Firmamento, immobile habitaculo de las Estrellas fixas, y immenso cuerpo de unión solida” (p. 28) – e vai por esses espaços siderais até à p. 37; e no *Elogio* do Cardeal da Cunha: “Já no ano de 1680 tinha o Senhor Nuno da Cunha acabado os primeiros estudos, e brilhava a sua reputação com grande aumento de luzes. Porém ele que se emulava a si próprio para coisas maiores, contemplou-se Sol nos primeiros crepúsculos do Oriente, que devia subir com o seu movimento para mostrar-se no Zénite perfeitamente brilhante, ou para inculcar-se pelos resplendores do seu entendimento, assim como aquele Planeta pelo luminoso dos seus raios, o mais perfeito retrato da invisível formosura” (p. 4); “Assim como o Sol quando chega ao Zénite não pode esconder as luzes, o Senhor Nuno da Cunha não lhe era fácil dissimilar às suas virtudes os resplendores” (p. 6); “No Conselho de Estado replandeceu com o maior aumento de luzes entre muitos luminosos Astros o nosso singular Planeta” (p. 9). E Verney estalando de riso...

⁴⁰ Ed. Sá da Costa, vol. II, pp. 112-113. Cf. Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal*, pp. 431-432.

sentenças pela boca fora que uma carranca de chafariz não deita água”⁴¹. Assim é. O perluxoso Damião, embaído por fumos de *discreto* letrado, arremedilho de Séneca, Lucano, Tácito – todos muito citados neste tomo I – *et alii*, jorrou com efeito “mais sentenças que uma carranca de chafariz não deita água”! Ele o admite: “Referir qualquer sentença, recebida com veneranda autoridade, é uma seta, que fere mais agudamente o entendimento. Então faço minhas as sentenças, quando começo a traduzi-las, dizia Marcial”.

Este estilo sentencioso timbra também de lacónico, conciso, sóbrio, compreensivo, presuntivamente parco de palavras e denso de conceitos; *ático* por oposição a *asiático*, as duas conflituantes escolas de eloquência – a segunda degenerada e sofisticada, ao passo que a primeira, aticismo senequista apologizado por Justo Lipsio, se reputava própria de reis e príncipes, que à imagem de Deus falam rectilineamente por apotegmas, e por isso a mais ajustada aos filósofos morais⁴². Assim Damião: “O estilo lacónico, como mais conciso, enfastia menos. Intrincar orações é formar labirintos. Os discursos empeçados são enredos. O seu fio é linha recta: querer incliná-lo é torcê-lo. (...) O que mais se compreende é o melhor. Por esta razão desejei não te nausear o estômago com a multiplicação de termos desnecessários. Quisera, que ouvisses conceitos agudos em poucas palavras. Uma só falou Deus, e ninguém formou igual conceito”.

Quanto a palavras, considera “o idioma Português tão apurado nos nossos tempos, que a escrever cada vocábulo me tremia a mão”. E não obstante incorrer na pecha, igualmente criticada por Verney, dos que declinam para o “extremo vicioso, que é a affectação, e não buscam senão palavras grandes e sonoras – *sesquipedalia verba* –, com as quais atroam os ouvintes ou leitores”⁴³, alude com justiça ao *Vocabulário* do P. Rafael Bluteau, equiparando o teatino ao arcanjo que curou a cegueira de Tobias e insinuando existir certa animadversão *castiça* ao lexicógrafo inglês de nascimento e filho de pais franceses⁴⁴: “Em todo o termo, em que duvidei, busquei Patrono: se por estrangeiro não quiserem, que me defenda, olhe Portugal, que se mostra ingrato a quem deve tanto, que lhe veio ensinar a falar a sua língua. Não podemos negar, que éramos Tobias cegos, enquanto a inteligência de Rafael nos não deu remédio para vermos a nossa mesma luz”.

Com tudo isto, a *Aula* distancia-se muito da escolástica barroca, cuja língua “científica” era o latim e que rejeitava o vernáculo bem como a literatura clássica, a elegância retórica, a erudição histórica e a própria reflexão moral. Mas o que

⁴¹ *Ibidem*, pp. 114-115.

⁴² Cf. Marc Fumaroli, *L'âge de l'éloquence*, pp. 159-161, e Sagrario López Poza, “Introducción” a *Empresas políticas* de Saavedra Fajardo, pp. 59-63.

⁴³ *Verdadeiro método de estudar*, ed. Sá da Costa, vol. II, p. 171.

⁴⁴ O *Vocabulário português, e latino*, de D. Rafael Bluteau (1638-1734), foi publicado em oito volumes entre 1712 e 1721; em 1727 e 1728 saíram dois volumes de um *Suplemento*. Cf. o bem informado artigo de Rita Marquilhas, “Em torno do *Vocabulário* de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII”, in *Caminhos do Português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas: catálogo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001, pp. 105-118. No tomo II da *Aula* diz Faria e Castro que Bluteau levantou “nos dez Tomos do seu Dicionário, outros tantos padrões à sua memória” (p. 388). No *Entretenimento político* refere-o por duas vezes: “Fui buscar o grande Mestre Estrangeiro do meu vernáculo idioma Português o Padre Dom Rafael Bluteau” (p. 59) e “No mesmo Dicionário Português topei...” (p. 60). Verney, na carta 1.^a do *Verdadeiro método*, também louva o “grande serviço que fez ao Reino o P. Bluteau compondo o seu Vocabulário” e alude a “alguns que me disseram muito mal” dessa obra (ed. Sá da Costa, vol. I, p. 18). Já Ribeiro Sanches é inesperadamente mais crítico acerca de que “venham Bluteaus novos de Irlanda a fazer-nos Dicionários”, acrescentando: “O *Dicionário de Bluteau*, em tantos volumes em fólio, merecia correcção de muitos lugares, por algum douto Português para ser verdadeiramente útil” (*Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 202).

essencialmente rompe com a disciplina da escola é a finalidade prática, vincada mesmo no tomo I, o mais difuso em razão da matéria, as virtudes morais; matéria de si evanescente e especulativa, tendência que porém o autor contraria com a valoração do caso concreto e, sobremaneira – como se comprovará –, com o recurso amudado aos exemplos da história; em causa está, não um sistema rígido de proposições dogmáticas *quod erat demonstrandum*, mas a dimensão ética da existência humana, a superior eficácia da moral católica para conduzir os *políticos* fornecendo-lhes orientações precisas para o respectivo múnus. E, para tanto, as abstrações dos *ergos* do escolasticismo académico resultavam tão abstrusas como inúteis.

Tamanha exautoração – reveladora do desprestígio da instituição universitária no comum da sociedade portuguesa de Setecentos – exhibe-se satiricamente num trecho do opúsculo com que Damião encetou a ditosa carreira de escritor e polemista, o *Entretenimento Político*. Aí os dois fidalgos seus duplicados, Felizardo e Ausónio, jornadeando rumo de Évora buscaram guarida na estalagem de S. Marcos para se remeterem da fadiga antes de se fazerem na volta de Beja; eis senão quando se apeia “um destes, que, vindo de Coimbra no primeiro ano, são chamados Doutores, e com prosopopeia [= afectação, pompa] escolástica, com um vício feição [= entono triunfal], foi sem ela metendo tudo a bulha. Reparou nos Fidalgos, e com cumprimentos verdadeiramente rasgados, se valia do estrépito para fazer peleja de Tártaros. Responderam eles atentos, esperando ocasião para lhe abaterem a jactância. Não tardou muito; porque o Doutor entrou a formar uma noção universal, explicando termos, que nem ele saberia definir; porque para todos os que melhor sabiam eram ignotos. Com ciência de livreiro, começou a deitar abaixo muitos livros pelos títulos. Instaram-no os Fidalgos em várias passagens dos Autores nomeados, e nas primeiras investidas deu o Doutor as mãos, os Arrieiros palmadas, os Mochilas assobios; mas os meus Fidalgos mui sérios, se recolheram...” (pp. 21-22). O entremez, aparentemente supérfluo na armação do escrito, mostra na assuada da plebe e no solene desdém, misto de mofa e repulsa, da fidalguia o correntio menosprezo para com os cérebros empapados da logomaquia coimbrã que a urbe doutora produzia.

Sem caricatura mas com formal protesto, no tomo II da *Aula* exara, em rubrica na marginal da página 59, que *O estudo das Universidades não é dos mais úteis, e porquê*. Sim, e porquê? Porque “algumas das faculdades, que nelas se aprendem, nos mostra a experiência o pouco que aproveitam para a sociedade humana, especialmente nos homens Políticos. Ali vemos perdidas aquelas excelentes idades tão dispostas para qualquer compreensão, oprimindo, e cansando a memória em tomar de cor largas, e difusas matérias, que ao depois rara, ou nenhuma vez servem. Pelo contrário, se os meninos, e mancebos Políticos inclinassem a sua aplicação para todas as Histórias, e Ciências práticas, que continuamente estão servindo à sociedade, e promovendo o bem comum, veríamos homens tão cheios de princípios, que sem nenhum trabalho eduziriam as mais belas consequências, e seriam utilíssimos em todos os negócios” (pp. 59-60). Confirmação do repúdio do psitacismo verborraico e reivindicação do carácter prático do ensino; a ênfase na utilidade pública é digna de um *ilustrado* que se preze. “Por esta razão”, adianta, “deverão os Reinos ter especial cuidado em edificar Colégios, onde a Nobreza juvenil se applicasse à lição, e estudo das belas letras, e ao conhecimento dos idiomas, porque sem dúvida sairiam deles Ministros excelentes, que sobre os ombros das Ciências sustentassem em peso as felicidades das Repúblicas” (p. 60). Pouco à frente, repisa: “deverão os Soberanos instituir nos seus Reinos Aulas, e Academias Militares, e Políticas, aonde a idade juvenil estudasse as máximas necessárias para o bom governo da República, e administração da Milícia” (p. 64).

Faria e Castro ganha assim jus a enfileirar com Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (falecido em 1743) e com Luís António Verney – os quais nos *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734) e no *Verdadeiro método de estudar* (1746), respectivamente, ventilaram alvitres muito mais perfunctórios e fugazes⁴⁵ – no rol dos “precursores” do Colégio Real dos Nobres de Lisboa, criado em 1761⁴⁶. Falaciosa questão. O Conde de Oeiras não se inspirou nem no antigo guardamora da Torre do Tombo nem no expatriado de Roma – e nem no fidalgo algarvio (tampouco, já agora, nas *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Ribeiro Sanches, em contra do que teima um cliché inveterado...⁴⁷). Não lhe faltavam modelos para imitar. Por exemplo, o do Real Colégio de Cádiz, elogiado por Damião no *Oraculo de si mismo* (publicado, lembre-se, em 1750)⁴⁸.

⁴⁵ Ligeiríssima é a menção de Martinho de Mendonça: “É problema em matéria de educação, e ensino, se é melhor criarem-se os filhos em casa de seus pais, se em Colégios? Parecerá imprópria em Portugal a questão, porque ainda hoje falta neste Reino à Nobreza aquele método de educação, que praticam as Nações mais polidas, e que já os nossos vizinhos introduziram no Real Colégio de Madrid [o *Seminario de Nobles*, fundado em 1725 por Filipe V], obra digna da grandeza, e virtude del Rei Católico, e com a qual premiou para sempre o zelo, e fidelidade, com que os Espanhóis o defenderam no Trono, contra o poder unido de quase toda a Europa: mas espero, que não seja inútil a questão, porque creio, que o nosso Augusto Monarca, que às letras tem concedido a especial protecção que admiram com vantagem os Estrangeiros, reformará as Escolas, e fundará Colégios, em que a nobreza se instrua nos exercícios mais convenientes ao seu estado” (apud Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica. Com a edição crítica dos “Apontamentos para a educação de hum menino nobre”*, p. 292). A de Verney não o é menos: “Concluo, lembrando a V. P. que, em outros Reinos, têm-se fundado Seminários seculares para os Nobres, onde os rapazes aprendem, não só as Ciências, mas as partes de cavalheiros e artes liberais: dançar, tanger, cavalgar, etc. (...) Ali Fidalgos e Príncipes metem os seus filhos; não têm os apertos que cá vemos em Portugal; e saem homens feitos, ou, ao menos, muito eruditos e cultos. Prouvera a Deus que cá se introduzisse este costume, para civilizar a Mocidade” (ed. Sá da Costa, vol. V, pp. 121-122). Em nota a este passo diz António Salgado Júnior que “é notável este parágrafo para a história dos antecedentes da instituição do Colégio dos Nobres em Portugal”. O exagero do notável organizador da edição é manifesto.

⁴⁶ Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *op. cit.*, p. 173. Válido continua o excelente estudo de Rómulo de Carvalho, *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1761-1772)*, Coimbra, Atlântida, 1959. Uma síntese com alguns elementos novos em António Rosa Mendes, “Colégio Real dos Nobres”, in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (dir. João Medina), vol. VII, pp. 443-448.

⁴⁷ Pese embora Rómulo de Carvalho, na obra citada na nota anterior, ter procedido, há mais de quarenta anos, à rigorosa demonstração de “não dever atribuir-se a Ribeiro Sanches a inspiração da criação do Colégio dos Nobres de Lisboa” (cf. pp. 49-50), o contrário continua a prevalecer em obras de divulgação e, até, noutras de maior respeitabilidade científica. A proposta de Ribeiro Sanches está contida nas *Cartas sobre a educação da mocidade*, impressas (mas não publicadas, outro resistente cliché...) em 1760. Cf. António Rosa Mendes, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*, Cascais, Patrimonia Historica, 1998.

⁴⁸ Neste panegírico do rei espanhol Fernando VI, que acabara de criar em 1748 o Real Colégio de Cirurgia da Armada, Faria e Castro, depois de dar a notícia fresca: “Hizo fundar em Cadiz un Regio Seminario de Marina, que mantiene con importantes gastos anuales, para educar la Juventud, y hazerla habil para el servicio de su Corona”, traduz para castelhano, no parágrafo seguinte, os passos das pp. 59-60 e 64 do tomo II da *Aula* (atrás transcritos) sobre a inutilidade dos estudos universitários e a utilidade dos Colégios Militares: “Mostró Su Magestad en esta fundación, que conoce quanto son utiles a los Reinos las Aulas Militares, y Políticas, en donde la juvenil edad se applique a las Maximas necessarias para el buen gobierno de la Republica, y administración de la Milicia; porque estas son las fuentes perenes de las publicas comodidades; y por ello son estes estudios mas utiles, que los de las Universidades. En estas se consumen las bellas edades en tomar de memoria largas materias, que despues rara, o ninguna vez sirven: pero de las Sociedades civiles, en donde se enseñan las Historias, y Ciencias practicas, que continuamente aprovechan a la Sociedad, y promueven el bien comun, salen hombres tan llenos de principios, que sin trabajo alguno eduzen las mas bellas consecuencias, y son utilissimos en todos los negocios” (p. 18).

O “PLANO” DA OBRA

Por uma outra medida ainda a *Aula* se distingue dos alfarrábios escolásticos: não incorre naquela rigidez sistemática que faz deles maciços engenhos metodicamente lógico-dialécticos na sua desenvolvimento, antes as matérias se distribuem sem imediata concatenação e, por vezes parece, um tanto a oito pelos sete volumes. Estes, se permitem leitura continuada e incluem no final (à excepção do VII), para facilitar a consulta, um índice ideográfico e alfabético “das cousas mais notáveis que se contêm”, carecem contudo de arrumação racionalizada e operativa. Não obstante, o autor gizou um plano, uma instância organizativa da finalidade didascálica que se propunha. À data da redacção do *Proémio a toda a qualidade de leitores* tinha seis tomos, palavra dele, “delineados” (talvez, até, os três iniciais já escritos). A doutrina moral, como não podia deixar de ser e já o explicou, ocupa o primeiro. Agora o conteúdo dos outros:

“No segundo Tomo te darei a conhecer todas as Ciências, e Artes, especialmente a grande Ciência Áulica; a História Sagrada em estilo claro, e lacónico, para te poupar o trabalho de a estudares pela Bíblia; seis Tratados da Religião, que hão-de conter a Religião em geral; as diferentes Religiões do Mundo; a Religião Cristã, seus Mistérios, Sacramentos, e obrigações; a Religião, que em particular professa cada um dos Estados da Europa; e nos últimos dois Tratados a formosa História das Ordens Militares, e Regulares da Igreja” – o que corresponde exactamente à tábuca deste II tomo, pelo que se infere que Damião já o aprontara; o mesmo vale para o III, cujo temário também confere com o enunciado: – “O terceiro Tomo há-de compreender a História Eclesiástica, e Cronológica dos Papas, com vários Artigos, nos quais te darei notícia de todas as Perseguições, Cismas, e Heresias contra a Igreja; de todos os Concílios Gerais, e muitos Particulares, especialmente da nossa Hespanha; das Cruzadas da Terra Santa; e das Congregações, e Tribunais de Roma”. Convém aqui, antes de prosseguir na programação e na concretização dos mais, contemplar um pouco a realização destes dois.

À parte a propedêutica moral das virtudes, que preenche todo o tomo I, o II abre com um “Tratado Único”, versando “Das Ciências, e Artes Liberais, e da Ciência Áulica”, introdutório do corpo propriamente enciclopédico da obra. É curto – escassas 68 páginas *in-quarto* – e, na sua tacahez, paupérrimo. É um breviário, com os charros simplismos, agravados pelo arcaísmo da informação, dos mistifórios caóticos de noções confusas. Começa por um ditirambo empolado e fátuo da “Ciência”, em geral, sem outra ideia do que tal seja senão “um conhecimento certo, e evidente pelas causas, ou uma determinação do entendimento para outra parte com certeza” (p. 3) – definição digna de um *doutor* escolástico. Às “Artes” – “que é um conhecimento que dá regras, e método para fazer obras úteis, e agradáveis à República” (p. 4) –, classifica-as, à cediça maneira medieval, em liberais e mecânicas; aquelas as sete do *trivium* e do *quadrivium*, estas as manuais, entre elas a pintura e a cirurgia. Por fim, amalgamando tudo, “todas as Ciências se reduzem a oito, a saber: Teologia, Filosofia, Leis, Medicina, Retórica, Gramática, Poesia, e Matemáticas” (p. 5).

Examina-as de seguida uma por uma, aplicando a cada qual idêntico aviamento, à laia de *abre-te, Sésamo!*: definição, e respectivas divisões. Claro que a *regina* Teologia “entre as mais Ciências deve ocupar o trono, e ter a soberana nomenclatura de verdadeira Sapiência” (p. 9); e nela a “Escolástica se faz sumamente necessária, porque, como montante da Fé, combate contra as forças da impiedade (...) [e] tem mão na soberba humana, para que não corra a precipitar-se além dos limites da sua compreensão” (p. 12). Passando à Filosofia – que “é a mesma Ciência, ou desejo dela, que consiste em conhecer as coisas pelas suas causas, e efeitos” (p. 14) –, atabalhoa-lhe uma sinopse histórica primaríssima (que contrasta com as recheadas páginas que

Verney lhe dedicou⁴⁹), centrada no vulto de Aristóteles, cuja doutrina “correndo com os séculos (...) chegou à nossa Europa, aonde se lhe deu o nome de Filosofia Escolástica” (p. 20), mas sem tocar sequer no osso, tão recalçado pelo mesmo Verney⁵⁰, da transmissão adulterada do perípato; alude sim a “três períodos diferentes” da Escolástica, desde Pedro Lombardo a Gabriel Biel passando por S. Tomás de Aquino e até à “furiosa emulação” entre nominalistas e realistas; com tímido sobressalto criticista, remata então: “Porém nos nossos séculos principiou a Filosofia a ter liberdade, soltando-se das cadeias da autoridade para filosofar pela razão. Não desprezam os Filósofos modernos a Aristóteles; porém duvidam seguir os seus sentimentos, se não estão conformes com a verdade; porque a sua palavra não tem autoridade Divina: e os primeiros, que se opuseram às suas doutrinas, foram Galileu, Pedro Gassendo, aos quais se têm seguido outros muitos Filósofos, que com o tesouro de subtilíssimas opiniões vão enriquecendo a República Literária” (pp. 20-21). (No *Oraculo de si mismo*, elaborado à vista deste tomo II da *Aula*, pois que lhe aproveita pedaços, o criticismo sobe de tom: “Tarde passaron las nobles ciencias, y las ingenuas Artes de los Pirineos acá: pocos años hace, que nadie entendia esta voz *Sistema*; todavia se ignoran las Experimentales; no deja contra la razón de tener adoraciones Aristoteles; y aun nos predomina el piedoso, mas indiscreto error de no acomodarnos a las doctrinas de los Hereges en punto de Física por no escandalizar la Religión” [p. 19]. Mas eram decorridos mais de três anos; Damião evoluíra – e andava ali leitura de Verney⁵¹.)

E por aí fora: *Lei* que (um positivista não diria melhor!) “falando geralmente, é um mando, ou domínio de quem tem maior poder” (p. 21), *Medicina* que “é uma Arte, e Ciência de excogitar, e apontar remédios para conservar a saúde no corpo humano, e para lhe restituir a que perdeu” (p. 35), *Retórica* que “é Arte de falar com propriedade, e elegância, inculcando boas razões para provar, e persuadir” (p. 38), *Gramática* que “é a entrada para a praça das Ciências, e o fundamento das Artes Liberais, e disciplinas nobres” (p. 40), *Poesia* que é “Ciência muito nobre, que faz fingindo, e mente pintando” (p. 41), *Matemática* que é “a Ciência, ou Disciplina, de que dependem todas as Disciplinas, e Ciências, e só as suas artes constam de firmes demonstrações” (p. 43), fica o menino nobre inteirado das oito “Ciências” fundamentais, até que chega à *Ciência Áulica*.

Que nova *ciência* era esta? “A Ciência Áulica, ou de Corte”, responde Faria e Castro, “própria da Nobreza, deve ser a universal, quanto couber no possível; porque assim como o nobre se conhece entre os mais pela diferença do nascimento, também se há-de distinguir na desigualdade da aplicação; porque além de ter para ela mais meios, lhe pode ser necessária para o bem comum da Pátria” (p. 54). Quando isto escreve tem na frente dos olhos uma enciclopédia de origem francesa mas editada em Amesterdão – *La science des personnes de cour, d'épée et de robe* (1.^a edição em 1706)⁵² – e

⁴⁹ Cf. a carta 8.^a, no vol. III da ed. Sá da Costa, pp. 21-38.

⁵⁰ Cf. *ibidem*, pp. 26-28, 119-120 (carta 9.^a) e 169-174 (carta 10.^a).

⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 1-37 da carta 8.^a; após traçar a história da filosofia e as origens e desenvolvimento da filosofia moderna, conclui Verney: “Esta, em poucas palavras, é a série da Filosofia; na qual se compreende mui bem com quão pouca razão estes Mestres de Portugal condenem uma coisa que está tão bem introduzida, e não entre Hereges, como eles dizem, mas entre Católicos mui pios e doutos” (pp. 36-37).

⁵² As muitas edições em francês desta hoje ignorada enciclopédia apareceram todas em Amesterdão; as primeiras tinham dois volumes, que com as ampliações chegaram aos dezoito. Rómulo de Carvalho, na *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, pp. 23-24, cita precisamente a de 18 vols., *La Science des Personnes de Cour, d'Épée et de Robe, commencée par Mr. De Chevigny, continuée par Mr. De Limiers, revue, corrigée, et considérablement augmentée par Mr. Pierre Massuet*, Amesterdão, MDCCCLII – que portanto não poderia ser a consultada por Faria e Castro. Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe esta única edição (cota 4511), porém truncada (apenas 4 tomos). Contudo, Rómulo de

trasladada ao castelhano – *Ciencia para las personas de corte, espada y toga*, em Valencia, 1729-1736, na oficina de Antonio Balle, depois putativo impressor⁵³ do *Verdadeiro método de estudar* e putativo subscritor da famosa carta, que prefacialmente o antecede, aos padres jesuítas⁵⁴ –, de um tal “Monsieur Chevigni”. Numa das censuras a este tomo II o jesuíta Francisco António já consignara a referência: “Eu bem sei, que semelhante coleção de Ciências, já foi empreendida por outros Autores, e mais precisamente por Monsieur Chevigni na sua Ciência de Corte, composta no idioma Francês, e vertida com muito aumento no Castelhana; porém também sei, que quem cotejar este livro, e esta obra com aqueles, verá as luzes que acrescentou o Autor àqueles Sóis, e as enchentes, que aumentou àqueles mares, reduzidos todos à breve concha desta grande obra” (p. inum.). O próprio Damião, no *Proémio a toda a qualidade de leitores*, afirmara tencionar seguir para certas matérias “a Ciência de Corte, que em algumas partes hei-de ampliar”, embora sem nomear o autor; fá-lo sim no *Entretenimento Político*, revelando que o livro de há muito lhe andava nas mãos: “na Ciência de Corte de Monsieur de Chevigni, ou nas Máximas políticas do Estado de Monsieur Marnix, por onde comecei a estudar o *b, a, ba* da política” (p. 53)⁵⁵.

Temos pois que a *Ciência Áulica*, como “Ciência universal, que convém aos Políticos” (p. 54), é no fim de contas aquela de que se ocupa *in totum* a *Aula da Nobreza Lusitana*; coincidem o elenco disposto na folha de rosto de todos os volumes e o que neste tomo II se atribui a esse compósito reportório em que “as Ciências próprias da Corte” (p. 60) se embrulham numa só: “é saberem em primeiro lugar as obrigações da Religião, e da humanidade; a diversidade dos idiomas, as Ciências, e Artes, a Astronomia, Geografia, e Cronologia; as faculdades Bélica, Náutica, e Equestre; as Histórias Sagrada, e Eclesiástica; a Geral, Particular, e do próprio Reino; a diferença dos Governos, Leis, e Costumes dos outros Reinos; os interesses dos Príncipes, as Artes convenientes ao Estado, os motivos porque estes crescem, se conservam, e diminuem, as Fábulas, e Genealogias; as Máximas da Corte, e a notícia dos livros” (pp. 54-55)⁵⁶.

Carvalho, *op. e loc. cit.*, transcreve um passo do qual se tira que Faria e Castro adaptou, quase traduziu, a definição de “Ciência Áulica” (tenha-se em consideração que *La science des personnes de cour* é à maneira de diálogo, perguntas e respostas; Damião até mantém os “porque” das respostas):

- *Quelle doit donc être la Science des personnes de qualité?*
- *Elle doit être universelle autant qu’ il se peut.*
- *Pourquoi dites-vous que cette Science universelle est la Science des Personnes de qualité?*
- *Parce que plus on est distingué par sa naissance, plus on doit l’ être par ses connaissances et par la culture de son Esprit.*
- *Pourquoi les personnes de qualité doivent-elles se distinguer par-là plutôt que les autres?*
- *Parce que Dieu leur a donné plus de moyens de s’ instruire qu’ aux autres.*

⁵³ Cf. António Alberto de Andrade, *Vernei e a cultura do seu tempo*, pp. 456 e 460-461.

⁵⁴ Cf. ed. Sá da costa, vol. I, pp. 1-15.

⁵⁵ “Monsieur de Marnix”, hoje outro obscuro autor, é Jean de Marnix (1580-1631), que escreveu *Les résolutions politiques ou maximes de l’État*, Bruxelles, 1612, com prolongado sucesso e numerosas reedições no séc. XVII.

⁵⁶ Compare-se agora com a nómima das matérias na folha de rosto: *Dividida em vários Volumes, em que se dá notícia de todas as virtudes, e vícios Morais. De todas as Ciências, e Artes Liberais. Particularmente da Astronomia, Geografia, e Cronologia. Das faculdades Bélica, Náutica, e Equestre. Da História Sagrada, e Eclesiástica. De todas as Religiões da Europa, e Ordens Militares, e Regulares da Igreja. Da História Geral. Da Fundação dos Impérios, origem das Monarquias, diferenças dos Governos, e razões porque os Estados crescem, se conservam, e diminuem. Da História de Portugal. Da História, e Genealogias de Portugal. Das leis, e costumes, das Batalhas, e Tratados dos outros Reinos. Da História fabulosa. Dos interesses dos Príncipes. Das Máximas da Corte, que há-de seguir, e dos livros necessários, que deve ler o Político Moral e Civil.* – Só faltam os idiomas, acerca dos quais aconselha que “se devem escolher aqueles, que o uso tem feito mais comuns. São estes, o Latino quase universal em toda a terra: o Francês comum na Europa, especialmente entre os Nobres: o Alemão, Espanhol, e Italiano” (p. 56).

Corre-lhes uma sumaríssima revista, e é neste ponto do prospecto que desaconselha o estudo das universidades e preconiza a utilidade das *Academias Militares, e Políticas*; detém-se a propósito nas *Obrigações da Nobreza*, para realçar que “todas as Ciências, que acabámos de tratar, e se contêm nos volumes desta Obra, são utilíssimas à Nobreza” (p. 67) no exercício das funções *políticas* a que está destinada, e reforçar a exigência de uma nobreza *ilustrada*: “Os sujeitos promovidos a empregos públicos sem os requisitos necessários, devem fazer-se instruir neles, ou renunciar aqueles, no caso que a aplicação não tenha forças para vencer a valentia da ignorância” – bem entendido que na justa proporção, porquanto “estas Ciências, que temos proposto, não é necessário ao Político sabê-las como professor; basta-lhe um suficiente conhecimento para as praticar” (p. 68). Por último, efectuando a sequência: “E como a principal de todas é a Religião, que se seguiu à História Sagrada, e é o fundamento da Eclesiástica, antes de entrarmos nela, começamos a escrever a primeira História, e depois principiaremos a segunda” (p. 68).

Entra então na epitomização bíblica desde a criação do mundo até à ressurreição do Redentor, para se espriar, em seis “tratados”, na apologética do Cristianismo, e culminar na inventariação de todas as Ordens militares e regulares da Igreja, o que teria mais lógica cabida no tomo III, dedicado à *História Eclesiástica, dividida pelos dezoito séculos da Igreja*; é no “Proémio” a esta história que dá “notícia do poder, forças, riquezas, e jurisdição dos Pontífices Romanos” (pp. I-XIII), em linhas tão ultramontanas, enfartadas de jesuitismo, que fariam a inveja do mais acirrado dos papalistas e seguramente, mais tarde, o eriçar das cabeleiras dos pombalistas acérrimos...⁵⁷ Subjacente à *História Eclesiástica* de Faria e Castro está a directriz de que Jesus Cristo fundou um “Estado” monárquico-absolutista cuja cabeça, o Papa, não conhece limitações porque tem primado político, disciplinar e dogmático tanto na Igreja Católica como fora dela⁵⁸.

Estes tomos II e III, precedidos do de doutrina moral, respondem precisamente ao supremo valor na ordem moral, a religião, que por isso é a principal *ciência* e nela deveriam os nobres, quintessência das virtudes sociais, estar bem instruídos. Revertendo ao *Proémio a toda a qualidade de leitores*: “No quarto Volume verei se posso acomodar em resumo a Astronomia, e depois a Geografia, e Cronologia, que são as duas asas, com que o Político Historiador se remonta à esfera do entendido”.

Acomodou, sim senhor. Isso, que já não era pouco, e muito mais, em mais de meio milhar de atulhadas páginas. O *político historiador* encontra ali de tudo, o que precisa e até o que não procura, sortido como num bazar: a máquina complexa de *sphaera mundi*, com a notícia, por sinal não isenta de tropeços, dos sistemas astronómicos⁵⁹; a descrição geográfica completa – física e política – do orbe terráqueo e

⁵⁷ Cf. *supra*, cap. IV. Em 1783 Faria e Castro ainda reformulou os tomos II e III da *Aula*, com o objectivo, não concretizado, de os reimprimir expurgados de jesuitismo. Cf. a carta a Cenáculo, de 10 de Fevereiro de 1783, citada *infra* no “Epílogo”.

⁵⁸ Apenas um inciso para amostragem. Refere-se à *Basilica de S. Pedro do Vaticano*: “Neste santo lugar são reconhecidos por Príncipes os Imperadores, e Reis do mundo, e declarados por Santos os Cortesãos da glória. Debaixo de tão poderoso amparo se acolhem os Reinos, e Impérios, com juramentos, feudos, e tributos. Aqui prestam cada cinco, e cada três anos, por si, ou por seus Procuradores, o reconhecimento da mais profunda obediência todos os Arcebispos, Bispos, e Prelados do Mundo Cristão; porque ao Supremo Pastor Pedro, devem humilde sujeição os Maiorais de todos os outros rebanhos” (p. 313).

⁵⁹ São quatro sistemas: “o de Ptolomeu, o de Copérnico, o de Ticho Brahe, e o Sistema Composto, ou Comum, que seguem os modernos, e foi composto por Marciano Capella” (p. 20). É neste último que revela ignorar, misturando-o com Descartes e com Thyco Brahe, que Marciano Capella viveu na segunda metade do século V e transmitiu à Idade Média a teoria de Heráclides segundo a qual Mercúrio e Vénus giravam à roda do Sol, que por sua vez, como o resto dos corpos celestes, girava à roda da Terra: “O Quarto Sistema é o Comum, ou Composto, que seguem a maior parte dos Modernos. Descartes, Cavaleiro Francês, e Filósofo insigne, depois de rejeitado o Sistema Ptolomaico, que se não compadece com as

seus continentes, aproveitando para entressachar, na da Europa, a do "Reino do Algarve", e nesta as árvores de costado das suas "Casas principais"; uma "Cronologia Universal" desdobrada em "Épocas Sagradas, e Antigas" e em "Épocas Gerais, e Políticas"; antecipando o que estaria reservado para o tomo subsequente, as "Épocas Particulares da Cronologia de Portugal", quatro, demarcadas por quatro eventos: batalha de Ourique, batalha de Aljubarrota, descobrimento da Índia e aclamação de D. João IV; e, a recheiar, cópia de catálogos, listagens, róis: dos governadores do Algarve (pp. 85-87), dos inquisidores-gerais (pp. 96-96), dos "Tribunais" e "Secretarias, e Conselhos" de Portugal (pp. 96-112), "das Dignidades Eclesiásticas, e Seculares dele", por ordem cronológica e subdivididas em suas múltiplas, inumeráveis espécies (pp. 411-551)⁶⁰; enfim, se o compêndio ainda não estava assaz atestado, e "como muita nobreza de Portugal prende com as casas, que nos séculos passados existiram na Cidade de Tavira", para brinde dos genealógicos umas *Memórias da Nobreza da Cidade de Tavira, que se acha na informação, e pautas da Câmara, fielmente trasladadas* (pp. 551-577)...

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA HISTÓRIA

Muita investigação própria, há que admitir; e marchetada de anotações de sua lavra: não se limitou a recopilar e emolhar. Revolveu e saqueou, está visto, ponderosas obras de consulta, se nem todas de incontrastável quilate, algumas que não desmerecem. Assim que nomeadamente compulsou aquele que por então era o mais amplo repositório de informação histórico-geográfica ao alcance dos interessados, o *Grand Dictionnaire Historique* do P. Louis de Moreri⁶¹, bem como os *Éléments de l' Histoire*

observações modernas, fez dos outros dois um composto, não admitindo com Copérnico o movimento da terra, e corroborando com razões fortes a opinião contrária. Porém Marciano Capella ilustrou este Sistema Composto, formando-o de uma mistura dos de Ptolomeu, e Ticho Brahe, chamado vulgarmente Sistema Comum" (p. 23). Não deixa por outro lado de ser curioso o modo ambíguo com que se refere à condenação papal – o *De revolutionibus orbium coelestium* só em 1758 saíria do *Index* – do copernicanismo: "Os Sumos Pontífices Paulo V, e Urbano VIII publicaram Decretos contra os defensores deste Sistema, os quais com audácia delicada, para sustentarem a aparência das suas possibilidades, interpretavam a seu jeito as Escrituras, com que determinavam provar o movimento da Terra, e a estabilidade do Sol. E ainda que este Sistema não possa ser seguido como verdade, mas disputado como hipótese, melhor é que o silêncio supra a falta das sensíveis demonstrações, e evidências de algumas das suas notáveis singularidades" (p. 22).

⁶⁰ Ordens Militares (Templários, Cristo, Santiago, Avis) e seus mestres, pp. 411-414; Cardeais, pp. 414-415; Capelães-mores, pp. 416-418; Grã-Priores do Crato, pp. 418-419; Colegiada Real de Guimarães, pp. 418-421; Esmoler-mor, pp. 421-423; Bula da Cruzada e seus comissários gerais, pp. 423-424; Bispos do Reino e Conquistas (Lisboa, Leiria, Lamego, Funchal, Angra, Grão-Pará, Guarda, Portalegre, Maranhão, Braga, Porto, Coimbra, Viseu, Miranda, Évora, Faro, Elvas, Goa, Cochim, Meliapor, Malaca, Cranganor, Japão, Macau, Pequim, Nanquim, China, Etiópia, Baía, Pernambuco, Rio de Janeiro, Cabo Verde, S. Paulo, Mariana, S. Tomé, Angola, tudo com os respectivos titulares por ordem cronológica), pp. 425-477; Ofícios da Casa Real e do Reino (Condestável, Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Vedor da Casa Real, Camareiro-mor, Guarda-mor, Mestre Sala, Reposteiro-mor, Porteiro-mor, Trinchante, Capitão da Guarda, Escrivão da Puridade, Copeiro-mor, Aposentador-mor, Provedor das Obras do Paço, Caçador-mor, Armeiro-mor, Almotacé-mor, Alferes-mor, Almirante, Fronteiro-mor, Monteiro-mor, Capitão-mor do Reino e do Mar, Capitão ou General das Galés, Capelão-mor da Armada Real, Capitão-mor de Ginetes, Adail-mor, Anadel-mor, Chanceler-mor; seguem-se catálogos dos Secretários de Estado, dos "Vice-Reis e Governadores do Reino de Portugal, no tempo que esteve unido ao de Castela", dos Vice-Reis e Governadores do Estado da Índia, dos Governadores-gerais e Vice-Reis do Brasil, dos Reitores da Universidade de Coimbra, tudo também com os respectivos titulares por ordem cronológica), pp. 477-522; Casas Titulares do Reino e suas Varonias (Duques, Marqueses, Condes, Viscondes, Barões, incluindo os títulos extintos, igualmente com os respectivos titulares por ordem cronológica), pp. 522-551. É obra!

⁶¹ Cf. p. 277. Também o cita no tomo V, p. 231, e no VI, p. 236: "abram [os curiosos] os Dicionários de Moreri". Editado pela primeira vez em 1672, o *Grand Dictionnaire Historique ou Mélange de l' Histoire Sacrée et Profane*, inicialmente num só volume, atingiu os 10 na 20.^a ed., de 1759. Foi traduzido em inglês, alemão, holandês e espanhol.

do abade de Vallemont, cujos primeiros três dos cinco volumes da tradução portuguesa já estavam estampados⁶², livros ambos também aconselhados por Verney⁶³. Detraído por este, o *Teatro Crítico* do P. Feijoo – “o sapientíssimo Feijó”, “o erudito Feijó” –, que cita uma mão cheia de vezes com a precisão de o ter frequentado, fornece-lhe regras de crítica histórica⁶⁴.

Porque a História, a *História Política ou Civil* (separada por abstracção, que não por contraposição, da *História Sagrada e Eclesiástica*)⁶⁵, em suas parselhas de modalidades – *Geral ou Universal e Particular; Antiga e Moderna* ⁶⁶ –, constitui objecto dos posteriores tomos, V, VI e VII, da *Aula*. Por que ordem? No V, a “geral” e

⁶² Cf. pp. 54, 312 e 318. Os 5 vols. da 4.^a ed. francesa dos *Éléments de l' Histoire* (1.^a ed., 1696) foram traduzidos pelo Coronel Pedro de Sousa Castelo Branco, tendo saído respectivamente em 1734, 1741, 1745, 1749 e 1751. Faria e Castro, no tomo V, apresenta uma relação *dos antigos Poetas Gregos, e Latinos, e os tempos em que viveram*, assim introduzida: “É verdade, que nos pudéramos poupar a este trabalho, remetendo os Leitores a muitos Catálogos, e especialmente ao que traz o Abade de Vallemont no fim do seu terceiro Tomo, cuja obra, de suma utilidade para os principiantes, traduziu do Francês, para o nosso idioma vernáculo, Pedro de Sousa de Castelo Branco, Fidalgo tão ilustre no sangue, como na erudição, e no valor; mas queremos evitar-lhes o de buscarem outros livros” (p. 326); no final, comenta: “Facilmente se vê, que neste Catálogo nos não desviamos do do Abade Vallemont; mas com a mesma facilidade observarão os que os cotejarem, que nós trabalhámos mais, que ele. Seguimos a sua Cronologia, e reparámos nela, aonde nos pareceu, que devíamos reflectir, e entendemos, que não terá a Crítica muito em que nos morder” (pp. 361-362).

⁶³ Cf. *Verdadeiro método de estudar*, ed. Sá da Costa, vol. I, p. 200: “... e, sempre que mudar de autor, deve notar em que tempo escreveu, e de que tempo escreveu, para o que não servem pouco os *Dicionários Históricos* de Hoffman e Moreri”, p. 202: “Também o Vallemont, no primeiro tomo, traz uma carta cronológica geral que pode bastar para o intento. E, como este volume está traduzido em Português, parece-me que por ele deve ler o estudante” e p. 207: “Neste princípio, basta o Vallemont que já se acha em Português”; vol. IV, pp. 160-161: “Sem Cronologia e Geografia, é supérfluo ler a História, porque não se entende. Não me cansarei agora em apontar autores; basta dizer que isto se pode estudar pelo Vallemont, que está traduzido em Português”.

⁶⁴ Os nove tomos, o último dos quais “Suplemento”, do *Teatro crítico universal, o discursos varios en todo genero de materias, para desengano de errores comunes*, do beneditino galego Benito Geronimo Feijoo, foram saindo em 1726, 1728, 1729, 1730, 1733, 1734, 1736, 1739 e 1740. Sobre a sua recepção em Portugal, cf. José Sebastião da Silva Dias, *Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII. Estudo de um processo inquisitorial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1961, pp. 7-21. Faria e Castro refere-se-lhe sempre reverentemente a pp. 40-41, 112, 240, 316 e 371 deste tomo IV (também a pp. 337 do V, 108 do VI e 192 do VII); e revela ter lido e meditado o “Discurso VIII. Reflexiones sobre la historia” do tomo IV do *Teatro*: “Devemos advertir (...), que nas matérias concernentes à História, e à tradição, têm o primeiro lugar aqueles, que as escreveram no mesmo tempo, se Autor de maior nota não as contradiz. Depois destes têm recomendação, os que existiram mais chegados àquela idade, na qual os factos aconteceram. As Histórias que parecem fábulas, apoiadas no testemunho de Autor moderno, sendo opostas à constante tradição dos antigos, não merecem crédito. Também se os Autores modernos não concordam nas suas Relações, necessitam os seus contos de averiguação mais exacta. Estas limitações encontramos a cada passo na Crítica de Feijó, particularmente nas Reflexões sobre a História, e elas se acham estabelecidas entre os Franceses” (neste tomo IV da *Aula*, pp. 315-316). Por seu turno Verney formula um juízo muito negativo sobre o *Teatro crítico* a pp. 158-165 do vol. III do *Verdadeiro método de estudar*, embora incidente sobre a “filosofia” e não sobre a história. A este propósito comenta Aníbal Pinto de Castro: “Desde 1737 que em Portugal lavrava com certa intensidade a polémica travada à volta do *Teatro crítico universal*, publicado entre 1726 e 1740. O próprio Verney não há-de rebaixar as suas observações críticas ao pensamento do famoso beneditino espanhol, ao encerrar a carta IX do *Verdadeiro método* com um juízo, segundo o qual o *Teatro crítico*, como obra de divulgação que era, só podia suscitar admiração aos ignorantes, mas não podia satisfazer os doutos, antes os lançava na mais prejudicial confusão de ideias” (*Retórica e teorização literária em Portugal*, p. 411).

⁶⁵ Para Faria e Castro a *História Política* “sempre vai seguindo os passos da grande História da Igreja de Deus, como dependência sua, pelo que só deverá ser tratada como incidente, e episódio de tão venerável assunto; porque a Política não há-de apartar-se da Religião, nem devemos considerar os Impérios, e Reinos Católicos senão como membros, e ao mesmo tempo colunas da Igreja de Deus” (*Aula*, V, p. 10).

⁶⁶ O autor explicita (um tanto confusamente) estas *divisões* a pp. 9-10 do tomo V.

“antiga”, isto é, até ao nascimento de Cristo; no VI, a “particular” de Portugal, tanto “antiga” como “moderna”; no VII, a “particular, e moderna de cada um dos Impérios, Reinos, e Estados da Europa”.

Assim é, mas não estava para assim ser. Pois no *Proémio a toda a qualidade de leitores* o autor determinava: “O quinto Tomo há-de ser todo para a História da nossa Pátria”; e justificava: “Ponho esta História em primeiro lugar, entre as Profanas, porque não é razão, que nos apliquemos ao alheio, ignorando o que é nosso”. E agora, no limiar desse tomo V, logo após o frontispício, ao leitor de toda a qualidade dirigia esta *Advertência*: “Como sai à luz este Tomo V contendo matéria mui diferente da que te prometi no Prólogo do primeiro, te advirto, e ingenuamente confesso, que quando ideei os assuntos, que havia seguir nesta obra, padeci equivocação em antepor a História Particular do nosso Reino à História Geral, e Antiga, que lhe deve preceder, e por isso neste Tomo ta ofereço”. Pelo que o tomo V, afinal, trata os assuntos previstos no equivocado *Proémio* para o VI: “Entrará logo a História Geral; a Fundação dos Impérios, Origem das Monarquias, Diferenças dos Governos Monárquico, Aristocrático, e Democrático; e as razões porque os Estados crescem, se conservam, e diminuem”; e o VI é que alberga a História de Portugal; trocou-os. Porquê?

A resposta está no *Verdadeiro método de estudar*; numa frase: “Depois da História Universal, segue-se a particular de Portugal”⁶⁷. Quando *ideou* os assuntos da *Aula*, Damião ainda não lera, até porque elas ainda não tinham sido publicadas, as revolucivas “cartas” do ficto *Barbadinho*; se não antes (o *curioso aplicado* não ficaria alheio ao escarcéu que levantaram⁶⁸), descobriu-as por 1750, acicatado pelo feliz arrimo que lhe proporcionavam na liça com Filipe José da Gama, e cita-as a gosto e a preceito no *Entretenimento Apologético*; as arguições do crítico contra o sistema de estudos vigente calaram-lhe fundo (e tem-nas em mente neste tomo V quando dita: “De grande reforma necessitava Portugal no terrível método, com que nele se ensinam as faculdades, ou para melhor dizer, consomem os anos com menos lucro, que trabalho”⁶⁹); daí a retractação.

É verdade. E não sofre dúvidas que o oráculo é Verney. Reza mais a *Advertência* que antecede o tomo V: “Também no título destes livros deixei de individuar outras

⁶⁷ Ed. Sá da Costa, vol. V, p. 136.

⁶⁸ No tomo XX da *História geral de Portugal*, Faria e Castro faz “memória de Luís António Verné (*sic*), que com o nome de zeloso, em 1746 deu à luz a pequena, mas importante obra, que intitulou: *Verdadeiro Método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidades de Portugal*: Obra, que atraindo a estimação dos sábios, excitou no Reino uma sublevação quase geral contra o Método antigo, que o Autor do moderno deprimia, e confutava. Ele por um tom de decidir, pouco menos, que ridiculizava a Lógica Barreta, e Carvalha, a Cartilha do Mestre Inácio, a Arte de Manuel Álvares, as obras de Soares, de Vasques, e sobretudo os Sermões do P. António Vieira, que até então se mastigavam com fome, se bebiam com sede, e que satisfazendo a todos, a ninguém fartavam: Todos estes partos de tão grandes engenhos, até então tidos, e respeitados pelas colunas firmíssimas, sobre que estava fundada a Casa da Sapiência Jesuítica” (p. 359). Interessante a alusão que a *Dedução cronológica e analítica* (I Parte, 1767) faz à polémica excitada pelo *Verdadeiro método*: “Esta obra apareceu em Portugal nos fins do ano de 1747. Não é crível a revolução, que causou neste Reino” (p. 497).

⁶⁹ Na continuação toma cautelas de quem não se quer comprometer na polémica que ainda decorria bravia: “Porém, como não é o nosso ponto metermo-nos a anatómico neste hospital das letras; porque sem dúvida muitos gigantes, que querem dar com cabeça no Céu, haviam estranhar a nossa confiança, visto nos faltarem todos os princípios para darmos leis em matérias, de que não sabemos as regras; se é erro, deixemo-lo são, e salvo, até que o tempo o cure. Somente pedimos licença para dizer, sem jactância, que a nossa curiosidade, para colher o fruto dos escritos estranhos, se entregou à aplicação de algumas línguas; e depois de um assíduo, e frequente estudo em multiplicados assuntos das suas obras, observámos, que o majestoso tom da sua gravidade, o fácil da sua compreensão, a clareza, e brevidade do seu resumido, e o resplandecente da sua distribuição são luzes, que entre nós não sei se começam a raiar” (p. 297). Discreto, talvez, não deixa de ser um claro patrocínio do reformismo verneyano.

matérias, que no discurso da composição me foram ocorrendo, assim como o Tratado do Brasão, a Série dos Poetas Antigos, os Cargos, e Offícios da antiga Roma...”. Ora esta última matéria, vertida num glossário “em que se explicam individualmente as diferentes Dignidades, que havia entre os Romanos, concernentes aos Estados Religioso, Político, e Militar, matéria mui necessária para se entender a História de Roma” (pp. 313-326), confere quase *verbum ad verbum* com a seguinte admonitória do *Verdadeiro método*: “Os antigos escritores em quase todas as páginas aludem aos seus costumes civis e eclesiásticos. Falam de *Flamines, Augures, Paterpatratos, Sacrificios, Apoteoses, Vestais*, etc. Encontram-se mil nomes pertencentes à guerra – *Tribunus Militum, Tribunus Plebis, Centurio, Quinquagenarius, Decanus, Triarius, Primipilus*, etc. (...) A cada passo se tropeça com o nome de *Consul, Proconsul, Praetor, Propraetor, Quaestor, Legatus, Edilis*, etc., cada emprego dos quais tinha seu particular exercício, sem a notícia do qual não é possível entender a força da expressão que o significa”⁷⁰. Damião, solícito, dá essa notícia⁷¹. Também a série *dos antigos Poetas Gregos, e Latinos, e os tempos, em que viveram* (pp. 326-362) foi induzida por Verney.

Não é preciso contar pelos dedos para concluir que o substancial da *Aula* é a História. Assistemáticamente, decerto, mas basta sopesar cada tomo: a “sagrada” ocupa grande porção do II, e a “eclesiástica” o III íntegro; o IV, posposto àqueles pela reverência devida à religião, subministra os adminículos da geografia e da cronologia, “que são as duas asas, com que o Político Historiador se remonta à esfera do entendido”; a “História em geral”, espécie de prolegómenos, e a “História geral e antiga” enchem o V; sucede, consoante o referido, no VI a de Portugal; e o VII é todo para a “moderna”. Esse crédito substancial significa outrossim a substantiva inserção da História na educação política; a História tem uma função pedagógica de primeira magnitude; e o *político*, para Faria e Castro, é um *político historiador*, um *político* que estuda, primacialmente, pela História.

Tanto que vale falar de uma historificação da política. O que desde logo indicia que o cabal fundamento de uma *Política Moral, e Civil* não assenta na incondicionada subordinação aos preceitos ético-religiosos, como era apanágio da posição mais intransigentemente antimaquiavelista, representada, entre outros, por um eticista e tradicionalista à *outrance* tal o jesuíta P. Rivadeneira⁷². Sem abjurar daquela

⁷⁰ Ed. Sá da Costa, vol. I, p. 208.

⁷¹ Faria e Castro apresenta um glossário dos seguintes termos: *Pontífices, Flámines, Agoueiros, Senador, Consul, Proconsul, Censor, Pretor, Pretório, Pretura, Dictador, Decem-Viros, Septem-Viros, Trium-Viros, Duum-Viros, Tribunos do Povo, Tribuno Militar, Tribunus Celerum, Questores, Edil, Lictores, Milícia Romana, Legião, Auxilia, Coorte*, mais uma explicação do significavam *Calendas, Nonas e Idos*. E há flagrante intertextualidade com o *Verdadeiro método*, pois onde neste se diz: “Quem não sabe que no tempo dos Cônsules, houveram Tribunos Militares, os quais governaram a República em lugar dos Cônsules com império consular e continuaram muitos anos com suas interrupções, entenderá que *Tribunus Militaris* não era magistrado, mas valia o mesmo que *Tribunus Militum*, que correspondia aos Coronéis dos nossos Regimentos” (vol. I, p. 209), na *Aula* consta: “*Tribuno Militar*. Querem alguns, que fosse como o Coronel de uma Legião Romana; mas tinha o mesmo poder, e as mesmas insígnias dos Cônsules” (p. 322); e onde no *Verdadeiro método* se adverte: “Quem não souber que os Pretores mandavam-se para as províncias pequenas, com império consular, entenderá que se fala somente do Pretor Urbano, ou Peregrino, que administravam a justiça em Roma” (*loc. cit.*), na *Aula* detalha-se: “No princípio houve um só Pretor com ampla jurisdição, para conhecer das causas dos Cidadãos Romanos, e era chamado *Praetor Urbanus*: mas como o concurso dos Estrangeiros era grande, e estes moviam muitas causas, foi criado outro, a que deram o nome de *Praetor Peregrinus* (...). Com o tempo se foi aumentando o número dos Pretores”, etc. (p. 319).

⁷² Pedro de Rivadeneira (1526-1611) adquiriu fama como expoente do antimaquiavelismo com o *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el Príncipe Cristiano para gobernar y conservar sus Estados, contra lo que Nicolás Maquiavelo y los políticos de ese tiempo enseñan* (Madrid, 1595), livro em que trata de restaurar a harmonia entre fé e razão contra os “políticos” que não só separaram a política da

subordinação, ganhou corpo nos seiscentistas peninsulares uma corrente matizada de “realismo” e pragmaticamente propensa a uma relativa alforria da *política*, o quanto baste para lhe propiciar o manejo eficaz dos amanhos adequados à conquista e conservação do poder.

Antimaquiaveliano também nas proclamações, este giro acudia a Tácito, o “pagão”, para evitar Maquiavel, o “ímpio”, e destarte ilidir o conflito entre religião e política. O subterfúgio sofismava uma repugnância não tanto de fundo como de forma: é que se o romano, ao contraste do florentino, não incorria no secularismo e ostensiva instrumentalização política da religião, porém no âmago as mensagens de um e de outro não se opunham e ambas confluíam na sublimação da mesma capacidade – a razão natural, desataviada dos envoltórios moralistas – para ascender à inteligência da crua fenomenologia política; sob capa de combate aos erros e impiedades do autor de *O Príncipe* – religião *oblige* – reconhece-se subrepticamente – realismo *oblige* – uma certa neutralização axiológica, em aras da conveniência oportuna e do êxito material, da actividade política; e por esta artificiosa composição de interesses contrapostos acaba por se insinuar uma ordem autónoma e imanente, com suas leis próprias que era mister conhecer para manipular. O que tudo reverte numa modernização que não só tendencialmente seculariza a *política* (ao alijá-la do importuno lastro eclesiástico) como a converte em *técnica*, em *arte* – “arte das artes”, lhe chama Faria e Castro (Aula, I, p. 136) –, em *ciência*. Como se aprende? “A ciência Política”, declara ele, “é uma faculdade, que se estuda pouco nas Universidades; e por isso poucos sábios a aprendem, e muitos deles a ignoram” (Aula, V, p. 298). Pois sim, porque é uma “ciência” empírica e não especulativo-escolástica, empírica de uma experiência colhida nos factos avulsos da História (e mormente no rico arsenal das obras tacitianas); um empirismo que tem assim na História a base experimental para induzir a regra aplicável à situação presente⁷³.

A História, discorre Faria e Castro, “tirando exemplos dos infortúnios, e felicidade, anima aquele carácter da sabedoria para subministrar experiências aos Príncipes, e fazer aos particulares dignos de governarem os Impérios” (Aula, V, p. 4). Entende-se por isso que numa *Aula da Nobreza* a matéria historial se constitua o mais caudaloso veio de leccionação e ocupe o lugar qualitativa e quantitativamente capital na economia da obra: “Por estas razões a História, sendo útil a todos os homens, particularmente é mais necessária aos Reis, Príncipes, e Nobres; porque como a grandeza do nascimento os predefiniu para poderosos arrimos da Pátria, e colunas da República, (...) hão-de mendigar na História” – na História e não na Teologia ou no Direito, atente-se bem – “a instrução Moral, e Política” (Aula, V, p. 4). Cabe então aos nobres varões, conforme a carreira escolhida, procurar na História “exemplos para a piedade”, o *eclesiástico*; “estímulo para o valor”, o *militar*; “máximas para o Estado”, o *político* (Aula, V, p. 4).

Esta referência a “máximas” extraídas da “experiência” histórica demonstra que Faria e Castro se afasta, na sua aplicação à “política”, da definição aristotélico-tomista de “ciência”, segundo a qual esta é um saber de universalidade apodíctica, um saber geral prévio à experiência e de que deriva o conhecimento do concreto; uma epistemologia essa, acolhida pela escolástica, que dos primeiros princípios retira

religião como subordinaram esta e a puseram ao serviço da política. Cf. *La razón de Estado en España. Siglos XVI-XVII (Antología de textos)*, pp. 3-20.

⁷³ Cf. José Antonio Maravall, “Empirismo y pensamiento político (Una cuestión de orígenes)”, in *Estudios de historia del pensamiento español*, III, pp. 15-38; e, no mesmo vol., pp. 73-98, “La corriente doctrinal del tacitismo político en España”. Cf. ainda, sobre tacitismo, José Luis Abellán, *Historia crítica del pensamiento español*, 3, pp. 98-107, e Francisco Murillo Ferrol, *Saavedra Fajardo y la cultura del barroco*, pp. 122-141.

dedutivamente, por puro encadeamento logicista e silogístico, os particulares. Em Faria e Castro, ao revés, as “máximas” políticas auferem-se dos factos, e os “exemplos” da história sustentam aquelas “máximas”, não se limitando a reflecti-las e, de algum modo, certificá-las; as “máximas” provêm dos factos, e à razão compete, ajuizando-os, formulá-las. Daí que, mais uma vez, repudie a “política” como mera elucubração especulativa e abstrusa: “A Instrução Política é a alma da História, e o principal fim a que ela se encaminha. Não teremos por boa Política aquela, que deixando os sólidos fundamentos do sentido comum, e o incontrastável das opiniões vulgares, e recebidas, se mete a indagadora da natureza das coisas com subtilezas metafísicas, aonde tudo são, ou labirintos de conjecturas, ou disformes partos de mal organizadas quimeras. O juízo deve ser correspondente à existência real, ou verosímil dos objectos, para que a narração se ajuste com os objectos, e com o juízo” (Aula, V, p. 48).

Preso embora a um acanhado empirismo “vulgar” e “do senso comum” – ele o admite –, a processologia aqui esboçada aponta para um método indutivo aplicado ao conhecimento político; as “máximas”, fabricadas com a matéria-prima dos factos e destinadas a determinar a conduta adequada a dominá-los, são algo toscamente um sucedâneo das leis induzidas dos fenómenos positivos. Afigurando-se deveras improvável que Faria e Castro concebesse conscientemente as virtualidades da metodologia iniciada por Francis Bacon e desenvolvida pelos filósofos experimentalistas seus sequazes – mas não se inculcava ele, vá lá saber-se por que bulas, “professor de ciências naturais”?⁷⁴ –, o pressuposto da uniformidade do curso das coisas naturais, sobre a qual se erige a indução nas ciências físicas, tem o seu correlato na estabilidade fundamental do curso das coisas humanas, pressuposto por sua vez da condensação de *princípios universais com carácter de certeza*. Eis como se pronuncia: “Nas revoluções dos Séculos não há as novidades, que nos parece. Os exemplos, e doutrinas de um caso servem para outro, de outro para muitos, de muitos para infinitos; porque aquilo que sucedeu antes, há-de suceder depois. E como os acontecimentos da História são monumentos da Prudência, que regula os casos que são, pelos que já foram, deve a Instrução fundar-se em princípios universais com carácter de certeza, para que na semelhança da contextura, nas mesmas circunstâncias de fortuna, lancem mão os Estados daqueles remédios, com que outros se preservaram na mesma igualdade da Crítica” (Aula, V, p. 48).

Até pelo símile médico – os “remédios” – o que aqui se equaciona é o valor científico da História e, por extensão, da Política; esta é um saber certo, uma espécie de medicina com que se debelam as crises – por isso pode exercer a função suprema da ciência: prever – e aquela, como as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, fornece o receituário aplicável à identidade dos casos.

⁷⁴ Marie-Hélène Piwnik, no “Appendice n.º 2” de *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, Paris, F. C. Gulbenkian, 1987, publica uma lista dos membros da Academia Portopolitana (fundada em 1749 e que reclamava o empirismo e o método experimental) no ano de 1751; pois no “Círculo Eborense” (que abarcava Alentejo e Algarve) figura “O Cavallero Damiaõ Antonio de Lemos Faria e Castro Professor de Sciencias Naturaes, e m.or na cidade de Faro no Reyno do Algarve” (p. 336)! Porém o “Cavallero Damiaõ” surge classificado entre os académicos “eruditos”, que professavam as disciplinas literárias. Outra classe era a dos “experimentaes”, encabeçada no mesmo círculo por estes dois nomes ilustres: “O Dr. Antonio Ribeiro Sanches Medico da Emperatriz da Russia, assistente na Corte de Paris, natural do circulo” e “O Dr. Jacob de Castro Sarmento, Membro do Collegio Real dos Medicos de Londres, Socio da Real Socied. natural do circulo, assist. na mesma Corte de Londres” (*loc. cit.*). Quanto ao chanceler Francis Bacon de Verulan, Faria e Castro cita-o uma vez no t. I da *Aula*, p. 297, a propósito da virtude da *temperança*: “O Anfiteatro Romano em que se celebravam as festas de Baco, estava pegado ao Templo de Vénus” – e em nota: “Franc. Bacon. Sylva Sylvarum centur. I n. 23”.

A VIRTUDE DA *PRUDÊNCIA* E O ANTIMAQUIEVALISMO

E aplicável *qua tale*, maquinalmente? Regular “os casos que são, pelos que já foram” não equivale a copiar os primeiros pelos segundos, antes demanda a mediação de uma “virtude” que é chave das demais e aferidor das operações: a *prudência*. No tomo I da *Aula* expõe Faria e Castro a panóplia das virtudes morais, avançando no *Proémio a toda a qualidade de leitores* que “só tratarei das cinco principais, e donde quase todas as outras se derivam, a saber: a Justiça, a Prudência, a Fortaleza, a Temperança, e a Liberalidade; as quais, com doutrinas sólidas, irão instruindo um Príncipe, e Político, ajustando-lhes as acções aos ditames da Prudência”, sendo pois pelo módulo desta que todas as outras se refractam. Trata-as difusamente, à maneira aristotélico-tomista do “meio-termo”, esse lugar geométrico, equidistante do excesso e do defeito, *in quo sistit virtus* e meta da *aurea mediocritas* horaciana: “a virtude é o meio entre dois extremos viciosos” e “na mediocridade está o óptimo das acções humanas” (Aula, I, p. 37). Mas logo na iteração acima se vê que a *prudência* é a virtude por antonomásia – é “a alma de todas as Morais, ou a mãe das virtudes todas” e “o seu nome se equivoca com o que chamamos recta razão, sendo essencialmente a mesma coisa” (Aula, I, p. 108).

A esta virtude prudencial, que é tanto moral como intelectual, comete eclecticamente Faria e Castro a função de servir de ponte entre aqueles “princípios universais” – que para a escolástica eram apriorísticos, razão pura, e para ele são induzidos da experiência histórica – e as circunstâncias existenciais e temporais; reside ela “no entendimento regulador (...) das acções do homem” (Aula, I, p. 108); reconduz-se a um padrão de tino prático da vida. Ou seja: o papel da *prudência* consiste em habilitar o agente, previamente munido da regra geral, a decidir-se com acerto nas multímodas situações vitais que se lhe deparem. Ou seja ainda: a *prudência*, mantendo a forma que revestia na moral cristã tradicional, que formalmente também não se substitui por uma moral de utilidade política ao estilo de Maquiavel, adquire um conteúdo menos ético e religioso do que pragmático e vem afinal a identificar-se com a racionalidade política. Era a inexorável realidade vigente que reclamava, frente à execranda “razão de Estado” maquiavélica, outra “razão de Estado” reputada “boa”. E é que, como anota percucientemente um historiador, a “razão de Estado” não foi gerada e legada pelo “ímpio” Maquiavel, antes este e a doutrina a que deu nome foram produto da sua época⁷⁵.

Sintetizando o procedimento do político *prudente*, escreve Faria e Castro que ele “coteja os objectos, forma proposições genéricas das imagens singulares, e acomodando-as aos lugares, e tempos, ou obra, ou se suspende, regulando-se pela conveniência, ou desconveniência dos casos” (Aula, I, p. 111).

Este casuísmo metodológico (que à perfeição se casa com o jesuitismo...) implica, incidindo repetidamente na importância da conjuntura e no individualizado de cada caso, renunciar a propor uma teoria política, um modelo global de constituição e legitimação do poder, o qual não se discute e carece de justificações alheias ao bruto facto do seu exercício. De tais novelas, o educador da *Aula* não cura. Avultam, em contrapartida, os conselhos profícuos para uma política funcionalmente orientada para a *conservação* do Estado. A esse objectivo, recalca, “se encaminha a prudência política. Procurar que os Estados se aumentem, que a sua grandeza se conserve, e que a sua felicidade não diminua, é todo o fim da faculdade Política, e o principalíssimo objecto a que se terminam tantas máximas, quantas tem formado a razão, e animado as experiências” (Aula, V, p. 267). Introduce por esta declaração um “Livro V”, titulado: “Das razões porque os Estados crescem, se conservam, e diminuem”, e subdividido em

⁷⁵ Francisco Murillo Ferrol, *Saavedra Fajardo y la cultura del barroco*, pp. 76-77.

três “Secções”, respectivamente: “Como crescem os Estados”, “Como se conservam os Estados”, “Porque se diminuem os Estados”. Para enunciar aquelas *razões* usa do advérbio *como* e do pronome causal *porque*, característicos da atitude “científica”, ladeando o interrogativo *que* – que é o poder? que é o Estado? – e pela evasiva o tremendo problema ontológico das essências. Não varrera ele já a sua testada ao insurgir-se contra os que se metem a escabichar a “natureza das coisas com subtilezas metafísicas” (Aula, V, p. 48)? Por isso, pelo empirismo que se atém aos factos da experiência, procura transmitir um conhecimento político funcional e não de substância. O que interessa não é *o que* o poder seja, mas *como* o poder se conserva.

Sorte de maquiavelismo às avessas, porque o discurso deflui sobre o terreno do adversário, onde colhe, para depois enfeixá-los a seu modo, os postulados, os tópicos, até os argumentos. Sobre a liceidade da dissimulação, por exemplo⁷⁶; não é admissível para a consciência moral católica, mas basta prudencialmente distinguir entre *dolus bonus* e *dolus malus*: “Se os homens tivessem um só coração, facilmente se conheceriam. O que lá mora no peito todo é astúcia, e o que passeia no rosto todo Prudência. (...) Há muitos dolos com uns vislumbres de Prudência. Ocasões há nesta virtude, em que lhe é útil aquele, que tem o nome de vício: porém difere muito um dolo de outro dolo. O engano, de que se serve a Prudência, é irrepreensível; porque se ordena a fim útil, conveniente, e lícito, e então propriamente é solércia” (Aula, I, pp. 113-114). Outro tanto quanto aos conselheiros, tema obrigatório: “Os ímpios Maquiavelo e Bodino reputaram os Conselheiros como embaraços do Príncipe, e totalmente inúteis ao seu governo. Mais autoridade tem o Espírito Santo, que manda ao sábio ouça os Prudentes, para ser mais douto” (Aula, I, p. 125). Muito bem; mas qual, aqueles “ímpios” ou o divino Paraclete, aconselha que: “Forme o Príncipe no seu interior um tal conselho, como se não houvera mister os Conselheiros: porém eleja Conselheiros tais, como se não tivesse conselho próprio. Oculte os pensamentos, propondo as matérias entre confiado, e tímido. Não declare a inclinação, porque conhecida a vontade, se lhe não arrastem os entendimentos. Não peça o parecer a todo o corpo do Conselho, mas aos seus membros em particular. Proponha as matérias, como duvidosas, e possíveis, e não como para um caso precisamente certo. A cada Conselheiro mude as circunstâncias; porque revelado o segredo, se conheça o infiel” (Aula, I, p. 126)? Em correspondência o príncipe, se quer “conservar a reputação, porque dela depende muito a conservação dos Estados” (Aula, V, p. 293), há-de encobrir as debilidades e aferrolhar nos arcanos o sigilo das empresas... E há mais, esparsas na obra, destas maquiavélicas contorções antimachiavélicas...

Certo que, contra os “ímpios Maquiavelo e Bodino”, o italiano substituindo a providência divina pela cega “fortuna” – os tempos e as circunstâncias, sempre cambiantes –, à qual os agentes políticos, se anelam surtir êxitos, têm constantemente de se adaptar⁷⁷, assim secularizando a política e rompendo, por incompatíveis, a tomista harmonia entre *fides* e *intellectus*; o francês picado por um tolerantismo que situava o Estado, como instância neutral, ao de cima das confissões religiosas⁷⁸; certo que, contra tais “ateístas”, Faria e Castro faz depender de Deus, que premeia quem lhe é fiel e pune quem lhe desobedece, a *conservação* das suas criações históricas; um providencialismo que se dobra de messianismo: “Chegou Portugal a ser Reino escolhido de Deus por puro na fé, amado pela piedade. Logo no seu princípio estabeleceu na observância da sua lei

⁷⁶ Cf. o cap. XVIII de *O Príncipe*, pp. 103-106 da ed. espanhola, *El Príncipe* (prólogo, traducción y notas de Miguel Ángel Granada), Madrid, Alianza, 1998.

⁷⁷ Cf. *O Príncipe*, cap. XXV, pp. 134-137 da ed. espanhola citada na nota anterior.

⁷⁸ Cf. *República*, liv. IV, cap. VII, pp. 202-210 da ed. espanhola, *Los seis libros de la República* (selección, estudio preliminar y traducción de Pedro Bravo Gala), Madrid, Tecnos, 1985.

o sistema da sua Política: e este punho de terra, potência do mundo a mais enferma, não por doente, mas por fraca, foi escolhida para calcar o Universo, para pisar os Elementos, e para meter debaixo do pé a levantada cerviz das mais soberbas nações. Quem ama a Deus, é amado de Deus...” (Aula, V, p. 269). (Certo também que, ali ao lado, *mutatis mutandis* os espanhóis se encaravam bafejados do mesmo sobrenatural destino...) ⁷⁹

Tudo isto é pois certo, porém não isento de contaminações espúrias. A defesa da catolicidade, única religião “verdadeira” e garante do divino amparo, descobre, por debaixo da ténue velatura teológica, a mais crassa intencionalidade política, qual seja a da impossibilidade de coexistirem na *respublica* católicos e “hereges”, sob pena de alterações e revoltas que a subvertam. O contra-reformismo ibérico abominava o pluralismo religioso, menos por móveis candidamente religiosos do que pelas consequências políticas que dele redundavam; mal a evitar a toda a custa, os perigos que procedem da liberdade de consciência; como um corifeu, Saavedra Fajardo, prevenira: “El pueblo se dividirá en opiniones, la diversidad dellas desunirá los ánimos, de donde nacerán las sediciones y conspiraciones, y dellas las mudanzas de repúblicas y dominios. Más príncipes vemos despojados por las opiniones diversas de religión que por las armas”⁸⁰; pelo que, “quando el pueblo empezare a opinar en la religión y quisiere introducir novedades en ella, es menester aplicar luego el castigo, y arrancar de raíz la mala semilla antes que crezca y se multiplique”⁸¹. Ao que Faria e Castro com fervor adere: “O Primeiro sistema, que propomos para a grandeza dos Estados ter considerável avanço, é a inalterável observância dos dogmas da Religião, que recebemos dos nossos maiores, evitando todas as novidades, que lhe quiserem introduzir; porque dela depende especialmente o aumento dos Impérios” (Aula, V, pp. 267-268); e logo, implacável e feroz: “Impidam os Príncipes, acudam os Magistrados a suspender a mais leve alteração nesta delicada, e importantíssima matéria (...); porque para estes casos há-de ser a espada dos Príncipes toda fogo, as suas entranhas todas raio (...); tudo espada, tudo sangue, tudo morte...” (Aula, V, p. 301). Assim discorre ele, “agora em Políticas Ideias” – políticas e não religiosas, sublinhe-se – o que, contra os facciosos *sigilistas*, e “então na interlocução de um *Entretenimento Político*”, vertera na “primeira das nossas obras, que viu a luz pública” (Aula, V, p. 297).

Arrenegando embora de Maquiavel e seus afeiçoados por sem escrúpulos ousarem aviltar sacrilegamente a religião em *instrumentum regni*, a literatura política ortodoxa, que em Faria e Castro ressoa, não se peja de vincular o príncipe à religião – ressaltando: não a qualquer, só à católica – enquanto arma a mais segura e presentânea e vitoriosa sobre os seus inimigos, bem como para lograr a submissão do próprio povo⁸². Protesta que ela, suprema na escala, prevalece e rege a política – sem que todavia esta, racionalmente entendida, deixe de aproveitar-lhe a serventia de aparelho ideológico de dominação. Se ele até o legendário rei de Roma Numa Pompílio, esse “refinado Ateísta, mas fino Político”, advertiu, “ilustrado pela razão, que as leis

⁷⁹ Toda uma literatura providencialista e messiânica espanhola promoveu no século XVII a exaltação do Estado espanhol como eleito por Deus para uma missão transcendental, evidenciada nos numerosos milagres que se sucedem ao longo da sua história e provando que os fundamentos da sua Monarquia não residem na doutrina de Maquiavel mas sim na religião e no zelo da honra de Deus. Cf. José Luis Abellán, *Historia crítica del pensamiento español*, 3, p. 104, e José Álvarez Junco, *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*, pp. 56-58.

⁸⁰ Diego Saavedra Fajardo, *Empresas políticas*, “Emp. 24”, p. 390 da ed. de Sagrario López, Madrid, Cátedra, 1999.

⁸¹ *Idem, ibidem*, “Emp. 27”, p. 410 da ed. citada.

⁸² Cf. José Antonio Maravall, “Maquiavelo y maquiavelismo en España”, in *Estudios de historia del pensamiento español*, III, pp. 39-72.

humanas não tinham força para contrair os vassallos nos limites do seu dever, se lhes faltasse a companhia das divinas” (Aula, V, p. 268)... Maquiavel não inventou nada!

Tensão entre providencialismo e racionalismo latente na hora de preencher os conteúdos materiais do esquema metódico formal, recebido do maquiavelismo, de como crescem, se conservam e debilitam os Estados. A assistência do criador e conservador de todas as coisas, causa primeira e motor das segundas, sustenta e recompensa os que lhe devotam inflexa sujeição; convém contudo não desdenhar os factores apenas históricos e sociológicos, naturais no sentido de se não desprenderem imediatamente da ordem celeste e entrarem na da indústria humana⁸³.

Aí Faria e Castro desce do céu à terra, e o quadro que desenha, miniatural embora, não é à proporção muito dissemelhante daquele que um dos mais impressionantes *ilustrados* coevos, Ribeiro Sanches, estampou a tintas fortes; mais aliás do que a dimensão, para o seu se equiparar ao deste falta-lhe a sólida moldura reformadora que enquadrava diagnóstico e propostas do autor das *Cartas sobre a educação da mocidade*⁸⁴. Ainda assim é vigoroso nos contornos com que verbera o “considerável detrimento, que causa aos Estados, e quanto lhes embaraça o seu aumento, a multiplicação de indivíduos vagos, e inúteis”, parasitismo social que imputa “aos excessos da caridade indiscreta” com que uma beneficência corruptora fomenta “a vida ociosa, e deixa órfãs as artes com a morte civil de tantos obreiros, que fariam comodamente adiantar as fábricas, e enriquecer os povos” (Aula, V, pp. 269-270); deletéria outrossim, por hipertrofiar as classes improdutivas, a superabundância de clérigos: “Nos Reinos Católicos não é pouco importante impedir o demasiadíssimo número de Eclesiásticos, especialmente em Portugal, aonde muitas famílias entregam todos os seus filhos ao Sacerdócio, e muitos sem os impulsos da vocação; mas só por lhes darem um cómodo mais decente, como se à República que os criou, nada se lhe devesse: carregando-se deste modo os Domínios de pessoas privilegiadas, muitas delas (com o devido respeito) indignas de tão alto ministério, e que aproveitariam melhor, se a vaidade as deixasse exercer os ofícios de seus pais, e avós, para os quais teriam mais aptidão” (Aula, V, p. 272); também a nímia proliferação de ordens religiosas, senhoras de um património desmesurado, prejudica: “As famílias sagradas autorizam os Reinos, e a sua virtude é uma das firmes bases, em que se sustentam as Monarquias: porém a sua propagação deve proporcionar-se, as suas rendas medirem-se. Tudo o que aos Eclesiásticos sobra, no Estado falta” (Aula, V, p. 279)⁸⁵; danosa, ainda, a “multiplicação dos dias santos de guarda”, e tanto “pelo pouco fruto espiritual das almas nesses dias, sendo ele o fim dos dias santos”, como por outra razão “meramente mundana”, cifrada nesta sensata contabilidade: “Suponhamos, que em Portugal se ocupam cada dia dois milhões de pessoas no exercício das artes: dêmos, que estes indivíduos uns por outros ganham neste dia um tostão: vem a montar o ganho dele em quinhentos mil cruzados.

⁸³ Cf. Francisco Murillo Ferrol, *Saavedra Fajardo y la cultura del barroco*, pp. 96-106.

⁸⁴ Cf. António Rosa Mendes, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*, Cascais, Patrimonia Historica, 1998.

⁸⁵ No t. IV da *História Geral de Portugal* remete para este passo ao referir a “Lei de 1282, que D. Dinis publicou para impedir aos Corpos de Mão-morta a aquisição de bens de raiz”, comentando: “Meio necessário para remediar dois abusos; um, que consentia saírem os bens das casas dos Particulares para se sepultarem nos Claustros das Comunidades, e Ordens Religiosas; outro, que privava ao público dos direitos das compras, e vendas, que se não faziam daqueles bens perpetuamente enterrados. Estes e outros prejuízos consideráveis sentem as Monarquias, quando se não impede o número excessivo de Eclesiásticos Seculares, e Regulares, que ordinariamente não buscam estes estados por vocação, senão por cómodo, como eu tratei no V Tomo da minha Aula da Nobreza, quando propus as razões por que os Estados crescem, se conservam, e diminuem” (pp. 35-36).

Ora diminuam-se vinte dias santos, e quando nada fica Portugal em um ano com a utilidade de dez milhões de cruzados” (Aula, V, pp. 280-281).

2. A HISTÓRIA GERAL DE PORTUGAL, E SUAS CONQUISTAS.

E onde lemos já nós – mais palavra, menos palavra – estes dizeres?:

“Na alma desta História, que é a Instrução Política, eu me não apartei dos fundamentos, quando eram sólidos, do sentido comum, e de algumas das opiniões vulgares, e recebidas. Não quis ser severo, nem desprezar Autores estimáveis, nem meter-me a indagador da natureza das coisas com subtilezas metafísicas, aonde nada mais se deixa ver, que labirintos de conjecturas, ou partos disformes de mal organizadas quimeras. Enfim, eu trabalhei, para que o juízo fosse correspondente à existência real, ou verosímil dos objectos, e que a narração se ajustasse com os objectos, e com o juízo”.

Sim, repete aqui, na “Prefação” da *História Geral de Portugal* (t. I, p. XIV), o que cerca de vinte anos antes escrevera no tomo V da *Aula* (p. 48). Pragmatismo, tradicionalismo e empirismo condimentados na narratividade. E não se ficam por esta as reiterações. O múnus educativo conferido à História continua a visar os grupos sociais privilegiados, a nobreza, quer política quer militar quer eclesiástica, que dela, consoante, colherá “inectivas para governo dos Estados” ou “estímulos para animar o valor” ou “máximas para a piedade” (HGP, I, “Prefação”, pp. X-XI). Uma História, pois, ainda de ressaibo barroco por moralizante e pedagógica, na medida em que pelo módulo da virtude julga e sentencia o que digno de louvor ou de vitupério seja. Por isso a “Prefação” releva que a História “muito especialmente serve aos Príncipes para verem a desigualdade das cores, com que ela pinta a virtude, e o vício, este para ser aborrecido, aquela amada: para cotejarem os paralelos disformes, que ela faz entre a clemência, e a tirania; a justiça, e a sem-razão; a coragem, e a cobardia; a liberalidade, e a avareza; a prudência, e a ignorância: estas, e outras semelhantes qualidades virtuosas, que são os esmaltes das Coroas, assim como manchas das Púrpuras estas, e semelhantes viciosas qualidades” (p. XI).

Implacável fiscal dos vícios e eloquente panegirista das virtudes, fama póstuma dos sujeitos ínclitos e padrão infame dos ruins – eis o escopo da História segundo Faria e Castro. “Ela”, desdobra ele em catadupa anafórica e abrindo pelo atributo que os clássicos lhe outorgaram, ela que “é vida da memória, e mestra da vida”; ela que “na narração louva, ou condena”; ela que patenteia os “perigos alheios”, a “força dos exemplos” e os “altos conselhos”; ela que “faz conhecer a causa dos males comuns, e particulares”, bem como “a dificuldade das empresas, e o modo com que se conseguiram”; enfim, “ela une a ciência com a experiência para o racional, que na inconsideração se faz semelhante aos brutos, não ficar contraído às espécies, que vê, quando deve recordar os passados, reger os presentes, e prevenir os futuros para dar às resoluções o alto carácter de sábias, e de prudentes” (p. X).

Fica demonstrada a utilidade de uma História que, compaginando o experiencial e o racional, do pretérito aufere os ensinamentos para o acerto prático e pródigo das actuações. Faria e Castro escreve assim a sua *História Geral de Portugal* como moralista e como pedagogo, que não como “historiador” encartado, se por tal entendermos aquela classe de erudito rebuscador aparelhado com a utensilagem crítica que desde o meado do século XVII, ao influxo de Galileu e Descartes, vinha sendo

afinada paralelamente à metódica das ciências físico-naturais. Com Jean Bolland, Papebroch e os jesuítas da escola de Lovaina que expurgaram os maiores maranhões que gravavam o santoral, com Mabillon e os monges beneditinos de Saint-Maur de Paris que erigiram a diplomática em disciplina impreterível⁸⁶, a exigência de provas documentais autênticas, equivalente à das experimentações contrastadas, não emancipou a historiografia da empolgadura clerical mas autonomizou-a processual e conceptualmente da teologia e, sobretudo, pelo escrúpulo na exacção dos factos encarreirou-a para a perseguição da *amica veritas*, sem deixar de ser *magistra vitae* (importava aliás que, constituindo ela a base da educação de príncipes e principais, historiógrafos menos verazes não deformassem, em vez de amoldar, a sua prudência)⁸⁷.

Ambos os factores – exemplaridade e veracidade – se verteram institucionalmente na joanina Academia Real da História Portuguesa. “Como a Real magnanimidade do seu coração”, exalta na *Aula* Faria e Castro sempre louvaminheiro de D. João V, “se ocupava todo dos affectos da Religião, e do amor da glória, eternizado aquele em tantos padrões sagrados, principiou a imortalizar esta em monumentos eternos; instituindo a 8 de Dezembro de 1720 a Academia Real da História Portuguesa, a que deu por empresa o simulacro da verdade com a letra: Restituet omnia: para que ela seja, a que examine, e apure a verdade sincera da história antiga Eclesiástica, e Política do Reino” (t. IV, p. 409); e bisando noutro passo: “El Rei para restituir os perdidos monumentos da História Eclesiástica, e Profana, enterrados no descuido, instituiu a Academia Real (...) formando-a de cinquenta Académicos, escolhidos entre os mais eruditos do Reino” (t. VI, p. 346); reverterá perto de trinta anos depois, na *História*: “... cinquenta Académicos, escolhidos entre os homens mais sábios da Monarquia, que com melhor método, mais delicado critério, e circunspecção madura examinassem, e apurassem a verdade da sobredita História” (t. XX, p. 347).

Meia centena de proficientes eruditos, clérigos na maior parte, uns tantos titulares e mais alguns togados, quase todos nascidos pelo último quartel do século transacto e que ao “Magnânimo” deviam promoções e prebendas⁸⁸. Sob a égide majestática e mecenática do rei, a agremiação absolutista-clerical oficializou e fomentou, pela primeira vez em Portugal, uma produção historiográfica concebida como empresa colectiva. Na dialéctica Academia-Monarquia, primava pois a consubstancial integração da primeira na política cultural da segunda; sustentava-a, confirmava-a, glorificava-a – a ela e à Igreja, seu anteparo ideológico. Para tanto, a prioridade logo cometida à composição de uma *Lusitania Sacra*, diocese por diocese, repositório de devoções piás, oragos populares, templos vetustos, varões impolutos; em complemento da memória das coisas eclesiásticas, a dos reinados, precedida das antiguidades mais remotas de um Reino considerado pouco menos que *sub specie aeternitatis*. Até aqui,

⁸⁶ O jesuíta Jean Bolland (1596-1665), com os seus colaboradores, entre eles Daniel van Papenbroeck (Papebrochio, Faria e Castro nomeia-o no t. VI da *História*, p. 358, a propósito da morte do infante D. Fernando), criou a escola chamada dos “Bollandistas”, especializados em hagiografia e que publicaram as *Acta Sanctorum*. O beneditino da congregação reformada de Saint-Maur, Jean Mabillon (1632-1707), publicou em 1681 o *De re diplomatica*, que estabelecia as regras de estudo dos “diplomas” e critérios para discernir a autenticidade de actos públicos ou privados, contra falsificações e interpolações. Cf. Jacques Le Goff, art. “História”, in *Enciclopédia Einaudi*, ed. port., vol. 1, Lisboa, IN-CM, 1984, pp. 228-229.

⁸⁷ Cf. Fernando Sánchez Marcos, *Invitación a la historia. La historiografía, de Heródoto a Voltaire, a través de sus textos*, Barcelona, Labor, 1993, pp. 121-129.

⁸⁸ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. I, “Introdução”, pp. 31-33, e Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa*, III vol., pp. 53 e segs. Ambos dão uma listagem dos membros da Real Academia, que Oliveira Marques classifica de “geração de 1692-1696”. A obra mais recente e actualizada é a de Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2003.

salvante a colegialidade do labor, nada que saísse do ordinário. A novidade, o acento “modernista” do programa, tributário das aquisições de bolandistas e mauristas e inscrito aliás nas linhas do decreto fundacional ao prescrever que “as notícias necessárias não se acharão só nos livros impressos, e manuscritos, mas estarão nos Arquivos (...) e Cartórios”⁸⁹, a nota de realce é esta graduação das fontes primárias da História. Neste âmbito, a Academia Real representou um salto qualitativo com respeito ao estádio anterior de uma cronicografia vazada no fabulário com que Fr. Bernardo de Brito e seguintes alcobacenses (mesmo o mais circunspecto Fr. António Brandão) atestaram os crassos cartapácios da *Monarquia Lusitana*. Agora, o valor do corpus documental como propugnáculo da busca da verdade e para derrotar ficções inveteradas assumia foros de critério sistemático⁹⁰. Com cavidosas reservas, corrija-se. Amiúde os eméritos académicos depõem a atitude racional e o intrumental crítico, mormente para admitir miraculosos lances que nenhum testemunho fidedigno garante. Criticismo comedido, que se detém pressuroso e rende quando ameaça a estabilidade das crenças arraigadas, das lendas venerandas, das corporações consagradas. De resto, regurgitamento de erudição; história, pouca. A Academia Real da História Portuguesa não realizou qualquer história portuguesa; só migalhos, sem integração de conjunto nem perspectiva de síntese; devotou-se a fatigosas esgaravatações de antiquilhas, mas deixou em branco o nitente monólito em que se propusera perpetuar os fastos sagrados e profanos do Reino lusíada.

Esmoreceu breve e apagou-se o estro da Clio joanino-barroca, após radiar menos de um vinténio e coincidindo com o deperecimento geracional dos seus membros e do próprio soberano patrono na década terminal do reinado. Durante o pombalismo, sem ser formalmente extinta, arrastou um sopor cataléptico de cadáver adiado. Procriar, só protocolares orações congratulatórias no azo dos natalícios reais. Recitava-as de regra o último “secretário perpétuo”, nomeado por 1759, Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro, que em carta de 1765 gemia para Ribeiro Sanches: “A nossa Academia a mesma decadência”; anos antes, 1753, o médico expatriado enviara-lhe de Paris uns “Apontamentos de um plano de Academia Real da História Portuguesa”; se para revitalizar o moribundo, sem resultados; e em 1777, 1 de Abril – mal acabara de cair Pombal –, redigia uns “Pensamentos para fundar a Academia de História de Lisboa. Apontamentos para responder ao Sr. Alcáçova que me pede os Estatutos da Academia de Paris para se formarem aqueles da Academia de Lisboa”⁹¹.

Tamanha freima e precipitação do secretário em renovar, refundando-a, a obsoleta Academia, permite concluir: o óbice era Pombal. O ministro anulou, cancelando-lhe a função, aquele órgão dos seus adversários políticos – o clero ultramontano, a alta nobreza – no qual suspeitava, e não erraria o palpite, um estorvo para o projecto de reestruturação de um poder absolutista liberto de constrições atávicas e dotado de dinamismo reformador. E podia uma prática historiográfica nobiliárquico-clerical, conformista e justificadora do presente, submissa ao *status quo* e aos interesses instalados, conservadora por irrefragável pendor e infensa à polémica cultural – podia ela fundamentar, concorrer para as reformas? Não podia, é claro que não podia. Para tanto, precisava Pombal conquistar uma “inteligência” alternativa; algo que se não improvisa. Confiou, assim, apenas numa restrita roda de meia dúzia de “intelectuais

⁸⁹ Apud Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 63.

⁹⁰ Cf. Fernando Castelo-Branco, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1972, pp. 174-201, e Norberto Ferreira da Cunha, “A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa (1720-1737)”, *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*, Lisboa, IN-CM, 2001, pp. 11-47.

⁹¹ Cf. António Rosa Mendes, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*, pp. 66 e 255.

orgânicos”, criaturas suas – um Cenáculo, um Seabra da Silva, um Azeredo Coutinho, um Lemos de Faria, um Pereira de Figueiredo e algum outro mais –, que por ele pessoalmente superintendidos fraguaram a *Dedução cronológica e analítica* e o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* e os *Estatutos* da mesma, monumentos capitais do pombalismo ideológico e do seu enfoque militante da história progressa como mola para impulsar a necessidade de reformas.

Faria e Castro, por seu turno, aduz tão-só: “Nos primeiros anos depois deste estabelecimento os Alunos da Academia ilustraram o nosso Orbe literário com obras igualmente úteis, e de bom gosto. Mas parece, que as operações intelectuais dos Portugueses Académicos seguiram os passos das fundações materiais Portuguesas, que tendo a maior parte delas princípios brilhantes, raras chegam a ser vistas com fins correspondentes” (HGP, XX, p. 347). Modo delicado de expressar o pouco que prezava a fanada Academia; era-lhe escassamente deverdor. Na hora de escrever a sinopse da “História de Portugal” no tomo VI da *Aula*, participa: “Além das notícias extraídas de vários Escritores de diversas nações, verão os Leitores recopilados neste pequeno volume todos os Tomos da Monarquia Lusitana; as Europas, e as Ásias de Faria; as Crônicas de Pina, Resende, e Leão; os Diálogos de Mariz, e o Anacefaleose de Vasconcelos; as Décadas de Barros, e de Couto; e no que respeitar às Rainhas seguirei o Catálogo, que delas compôs o Reverendíssimo Padre D. José Barbosa, com tanta exacção como elegância” (p. 4).

Só este último, artífice efectivo desse *Catálogo cronológico, histórico, genealógico, e crítico, das Rainhas de Portugal e seus filhos* (1727), era académico. Todos os demais, os do costume, pertenciam aos dois séculos anteriores. Para além dos proverbiais cronistas – Rui de Pina, Garcia de Resende, João de Barros, Diogo do Couto, Duarte Nunes de Leão – e dos inefáveis frades da *Monarquia Lusitana* (cuja “Parte VIII” e última, de Fr. Manuel dos Santos, publicada em 1727, findava na eleição de D. João I), um par de autores e obras com pretensões de conjunto mas que não passavam do século XVI ou limiares do seguinte: Pedro de Mariz e os *Diálogos de vária história* (1594), António de Vasconcelos e a latina *Anacephaleoses* (1621), aos quais só por lapso não juntou aqui o *Epítome de las Historias Portuguesas desde el Diluvio hasta el año 1628*, de Manuel de Faria e Sousa, editado nesse mesmo 1628 em Madrid⁹². Eram estas três, ao tempo, as únicas resenhas ao alcance de quem aspirasse abarcar um conspecto do passado português. Conta Ribeiro Sanches, nascido em 1699, que “da idade de 12 anos sabia a nossa História escrita nos Diálogos de Mariz”⁹³ e aos 16 um parente “fazia-me ler a História de Portugal de Sousa Faria” (anástrofe de Faria e Sousa)⁹⁴; trinta anos depois Verney, no *Verdadeiro método*, ainda não tem mais escolha que o compêndio “de Faria”⁹⁵; e pouco antes, nos *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, saídos em 1734, Martinho de Mendonça recomendava: “A História Portuguesa deve saber-se perfeitamente, começando pelo Epítome de Faria, por Mariz, ou por Vasconcelos...”, mas antecipando: “... enquanto se não dá à luz um Epítome escrito por uma das mais ilustres, e doutas penas, que se escolheram para na Academia

⁹² E precedendo as póstumas, pois que o autor morreu em 1649, *Ásia Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, 1666-1675, e *Europa Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, 1667-1680. Manuel de Faria e Sousa é o “historiador” mais citado por Faria e Castro.

⁹³ Cf. António Rosa Mendes, *Ribeiro Sanches e o Marquês de Pombal*, pp. 33-34.

⁹⁴ In “Carta escrita ao Dr. Manuel Pacheco de Sampaio Valadares, da vila de Benavente”, *Archivos de História de Medicina Portuguesa*, Porto, 1913, pp. 92-93.

⁹⁵ *Verdadeiro método de estudar*, ed. Sá da Costa, vol. V, p. 136.

eternizar a memória Portuguesa, no qual se achará tudo quanto se pode desejar, brevidade, clareza, ordem, verdade, e boa crítica”⁹⁶.

Não estaria decerto a pensar na pluma operosa de D. António Caetano de Sousa, que por então já lavrava e continuaria bons anos fora a lavar os vinte calhamaços, com *Provas e Índice Geral*, da imane *História Genealógica da Casa Real de Bragança...*⁹⁷ Qual fosse a indigitada, ficou inerte e o livro no tinteiro. Quem, afinal, realizou o anelado epítome não foi nenhum académico, foi Faria e Castro; “compús a breve História de Portugal no VI Tom. da minha Aula da Nobreza Lusitana...”, apregoa na “Prefação” da sua longa *História Geral de Portugal* (t. I, p. LI); breve e com as qualidades requeridas pelo douto guarda-mor da Torre do Tombo, clareza, ordem, verdade, boa crítica?

Bem, a sobredita “Prefação” abre em clave autocrítica: “No sexto Tomo da minha *Aula da Nobreza*, [tinha?] já lastimado, de que entre os meus Patrícios não tivesse havido algum, que formasse, e compusesse uma *História Cronológica, seguida, e completa da Pátria*: Eu a analisei, e contraí àquele Tomo, que foi o que então me permitiu a ideia da Obra. Ingenuamente confesso, que eu então me abismei em muitas das preocupações dos nossos primeiros Cronistas. Em várias passagens descobri as poucas luzes da minha primeira idade então muito verde” (p. IX). Incipiente e insipiente que era à data do epítome, escarmenta-se, agora que amadurou, das pachouchadas mais palmares, como seja, na senda de Fr. Bernardo de Brito e este na de garbulhas como Beroso, engolfar-se pelo “caos do Tempo Escuro” (p. XVIII), desde o putativo primeiro povoador da Ibéria, Tubal neto de Noé, à mexerufada dos vinte reis seus descendentes até Abidis, após o que sobrevém a invasão dos cartagineses... Arreda por viciosos semelhantes mistifórios – “como se ficções evidentes pudessem ser honrosas à Pátria” (p. XXVI) – e demarca na chegada daqueles cartagineses “a Época primeira da minha narração histórica” (p. XXXXIII). Por aqui e pouco mais se lhe queda o revisionismo crítico⁹⁸.

Mas diz “minha narração histórica” e diz muito bem, porque é a sua uma história narrativa, narrativa e não explicativa, história política e bélica desenrolada “como fio

⁹⁶ *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, in Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*, p. 369.

⁹⁷ Publicada em 13 vols., entre 1735 e 1748, acompanhados dos 6 das *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa tiradas dos instrumentos dos Arquivos*, de 1739 a 1748, e seguidos em 1749 de um *Índice Geral*; ao todo 20 grossos vols. in-4.º, apresentando a sucessão dos antigos reis, os troncos da família real derivados da Casa de Bragança e todas as casas nobres descendentes por varonia dos monarcas portugueses, um ingente labor arquivístico e livresco.

⁹⁸ Faria e Castro tinha à vista o tomo VI da *Aula* enquanto escrevia a *História Geral de Portugal*; existem passos claramente decalcados e nos quais é manifesto o esforço do autor para não se limitar a reproduzir (por exemplo, comparem-se as pp. 100-101 do tomo VI da *Aula* e as pp. 221-222 do tomo I da *História*). Contudo, no tomo I da *História* o leitor depara uma surpresa, qual seja o aparecimento das palavras *cultura* e *civilização*, e respectivos conceitos. Vêm a propósitos dos fenícios e suas influências na Península Ibérica: “O trato diuturno desta Nação civilizada com os moradores das nossas terras; o seu estabelecimento em Andaluzia, tão perto da Lusitânia, e ela povoada dos mesmos Turdetanos ascendentes dos Andaluzes, tudo nos dá uns indícios bem prováveis, de que nós fomos participantes da sua cultura” (p. 250). Mais adiante fala dos “Povos mais fortes, civilizados, e bem instruídos da Antiguidade” (p. 280) – os Romanos, dos quais os peninsulares recolheram o “benefício de igual cultura. Então soubemos com outros fundamentos, o que era Poesia, História, Oratória, Filosofia, e como a esta juntava a Medicina, a Jurisprudência, as Matemáticas” (pp. 283-284). Após um excuro pelas realizações espirituais romanas, deplora o “tempo em que a ferocidade das Nações Setentrionais, e a dos Mouros abafou a cultura, que em tanto Século plantara nos nossos campos o cuidado dos Romanos” (p. 303). Não torna, nos milhares de páginas posteriores, a usar as sobreditas palavras e conceitos, *cultura* e *civilização*, característicos da visão iluminista da História e da sua ampliação de perspectivas (cf. José Antonio Maravall, “Mentalidad burguesa e idea de la Historia en el siglo XVIII”, *Estudios de la historia del pensamiento español (siglo XVIII)*, Madrid, Mondadori, 1991, pp. 113-138, e sobre o tópico a p. 123).

continuado” (p. IX) atando a cadeia dos reinados que compassadamente a organizam, as proezas dos heróis façanhudos que abafam e relegam a massa anónima, a protuberância dos sucessos estrondosos que nunca profunda – vá lá excepcionalmente e muito pela rama – para penetrar subjacentes realidades económicas, movimentos demográficos, técnicas em evolução, costumes em mutação...

Nem de outra maneira poderia ser. A inópia da história heróica e militarista fora denunciada por Voltaire nas *Nouvelles considérations sur l'histoire*, de 1744, e a vindicada ampliação de âmbito, desbravar de campos temáticos até então baldios, aplicada no *Essai sur les moeurs*, de 1756⁹⁹; como quer que seja, sem repercussão nesta beira-mar ocidental. Mais a mais num Faria e Castro recopilador que não investigador. Recopila no tomo da *Aula* como recopila nos vinte tomos da *História*; estes são, entumecidos, inflados até onde o permite a elasticidade do material, aquele resumo ensanchado e magnificado; apertada sístole um, expansiva e prolongada diástole os outros, o mesmo coração a latir.

Nem uma citação de documento original, nem uma nota remissiva infrapaginal; todo o plasma lhe advém por transfusão. Quando na “Prefação” proclama paladinamente que “fiz o que pude para acertar com a verdade” e que para lograr esse intento “eu me fiz dificultoso de crer, diligente em indagar, crítico em distinguir” (HGP, I, p. XI), estas excelentes operações mentais exerceu-as, se exerceu, sobre os textos impressos donde colheu os informes e, pois que indissociáveis, as linhas da narração. Cativo de tais textos, não se apartou, consoante também confessa, “de algumas das opiniões vulgares, e recebidas” (p. XIV). Ou seja que de polémica – quer dizer: dúvida metódica, investigação pessoal, crítica racional –, nada. Ao invés da exactidão documental, de que a Real Academia fizera timbre, basta-se as mais das vezes com a mera aproximação de uma “verosimilitude” tão latitudinária que não enjeita sancionar casos preternaturais e extraordinários. À conta da textolatria fica nomeadamente um “prodígio”, sucedido aí pelos anos 494 da nossa era vulgar e que, não pondo embora por ele as mãos no fogo, também não contradiz para não desmentir “tantos Escritores estimáveis, que o referem” (p. L). E sem carecer de outro crédito que a “tradição constante desde a idade do Rei D. Afonso até a presente sem dúvida, nem hesitação de Português algum, que todos de pais a filhos recebemos esta notícia, revestida do carácter de certeza” (HGP, III, p. 50), dá todo o sangue das veias para sustentar o milagre de Ourique, “não me conformando com a opinião dos críticos severos, que querem tivesse princípio viciado no tempo do Rei D. João o I por ocasião da guerra com Castela” (HGP, III, p. 34)¹⁰⁰.

⁹⁹ Cf. Martín Caparrós, “Estudio Preliminar” à tradução castelhana de Voltaire, *Filosofía de la Historia*, Madrid, Tecnos, 1990, *maxime* pp. XI-XXI; Fernando Sánchez Marcos, *Invitación a la historia*, pp. 179-184; e ainda a “Introduction” de René Pomeau ao *Essai sur les moeurs*, t. I, Paris, Éditions Garnier Frères, 1963.

¹⁰⁰ Na “Prefação” do tomo I da *História Geral de Portugal*, o autor propõe-se “dar a razão de algumas opiniões” que acolhe no corpo da obra, “para tirar as preocupações aos reparos da crítica, e dar a razão do que escrevo” (p. XXXIX). Conta-se entre essa “opiniões” (que se adivinham controvertidas, donde a justificação) o milagre de Ourique. E diz a propósito Faria e Castro: “A Aparição de J. C. a El Rei D. Afonso Henriques no Campo de Ourique antes da batalha, não só que eu sigo; mas que todos os Escritores nacionais, e muitos estrangeiros têm por constante, ainda há Portugueses críticos judiciosos que a impugnam” (p. LII). Ora, quem seriam este “Portugueses críticos judiciosos” impugnadores do célebre milagre? Faria e Castro em lugar nenhum os indica. Teria em mente Verney? Com efeito, na carta V do *Verdadeiro método de estudar* (vol. II da ed. Sá da Costa), o “Barbadinho” refere incidentalmente a “aparição [de Cristo] ao Rei D. Afonso” para a meter a ridículo como mais uma “destas coisas que se acham nas histórias, [as quais] são boas para divertir rapazes, e os Críticos as conservam todas no mesmo armário em que guardam as penas da Fénix” (p. 31).

Por estas e por outras, pela falência crítica e pela ausência de investigação *in fonte*, a *História Geral de Portugal*, embora no umbral da contemporaneidade, não contribui um ápice para a historiografia inaugurada por Herculano, que aliás se dedigna de sequer a mencionar quando na introdução da sua *História de Portugal*, de 1846, passa uma revista despachada aos chegados antecedentes setecentistas¹⁰¹.

Faria e Castro, se não compulsava códices e não revolve arquivos, manuseia em contrapartida uma bibliografia copiosa. Os *auctores* – as *auctoritas* – são os nomeados para o “resumo”, com o subsídio daqueles outros que especificamente versaram determinado assunto – melhor, rei ou reinado; um exemplo por todos, D. João III: “Das suas virtudes (...) deixaram memória ilustre nos seus escritos Francisco de Andrade, João de Barros, Diogo de Couto, António de Castilho, Martim de Azpilcueta Navarro, Fr. Bernardo de Brito, Leão, Vasconcelos, Maseo, Fonseca, Godinho, Faria e Sousa, que nos oferece palavras para concluirmos o elogio d’El-Rei D. João III, dizendo com ele...” (HGP, XIV, pp. 379-380) – e segue o traslado directo, dos raros em toda a obra, dispensando embora indicar volume e página, do passo da *Europa Portuguesa*. Quanto ao “método”, defluente como arroio manado do caudal dos cronistas, sem o quê mirrava, valha ainda por amonstragem o *Piedoso*: “... segundo o método que até aqui tenho seguido, eu vou a tratar do seu casamento, da sucessão, que teve, dos Oficiais, que criou para o servirem, dos Bispados, que proveu, para depois continuar com a narração da História na diferente qualidade dos outros negócios, em que ele se interessou” (HGP, XIII, p. 8).

O rei, o rei é sempre o centro, e à sua mão direita a Igreja que ele com zelo protege e que o protege a ele e ao reino; e quando lhes falta... – altos e insondáveis desígnios de Deus! O providencialismo irrompe na *História* de Faria e Castro nos momentos de catástrofe. “Nada, nem ainda as coisas mínimas, sucedem no mundo por acaso: tudo, grande, e pequeno, dispõe a Providência Divina para o fim dos Santos, e imperscrutáveis desígnios, que só a ela são manifestos. Nesta ordem devemos incluir a invasão, e conquista da Hespanha pelos Mouros, e tantos trabalhos, que se lhe seguiram...” (HGP, II, pp. 147-148); e se o *Desejado* se perdeu e ao reino, outrossim “é a ordem admirável da Providência, que tudo governa, ou do Autor Supremo dessa Providência, que (...) se até agora dispôs, e quis, que Portugal gozasse o complemento das glórias, que podia dar o Mundo; agora para que a prosperidade o não perdesse, permitiu que o golpe da desgraça o provasse; que um repelão da calamidade o combatesse” (HGP, XV, pp. 2-3).

Chamado a explicar estes de outro modo incompreensíveis transe, o providencialismo queda no entretanto latente; mas quer, e quer porque a sua ordem é também a ordem social a vigorar até à consumação dos evos, que o corporativismo, harmonia sábia e preestabelecida, não seja confundido; ora o mais forte pilar da monarquia é a nobreza, nobreza cuja hegemonia a *História* de Faria e Castro se empenha preservar contra os assaltos insidiosos dos estratos subalternos – uns arrivistas que cedo os soberanos, garantes do imobilismo e atentos à guindagem dos intrusos, tiveram de sopear.

Assim D. Dinis “se aplicava em abater os que entre nós se levantavam, não a benefício do nascimento, mas por milagre do favor, ou do dinheiro. Para a qualidade verdadeira não andar confundida com a afectada, nem a arte se envolver de mistura com a natureza, além das Leis saudáveis, que ele já publicara, para que os homens se

¹⁰¹ Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. I, Venda Nova, Bertrand, 1989, pp. 40-41, onde menciona Pereira de Figueiredo, António Caetano do Amaral e Melo Freire. A omissão de Faria e Castro é tanto mais relevante quanto os tomos I e II da sua *História Geral de Portugal* foram reeditados em 1830 e em 1831 os tomos III, IV e V, pelo que Herculano não deixaria de os conhecer.

conservassem nas suas classes: Agora para o mesmo fim, mandou Comissários por todas as Províncias, que applicando-se com uma fidelidade digna da recomendação do seu Rei, forçaram cada um a viver dentro da ordem, ou da Nobreza, ou do Mecanismo, que lhe tocava” (HGP, IV, p. 70). Também D. Pedro I fez “uma Lei igualmente rigorosa, e singular. Nela condenou pela primeira vez a açoites, e pela segunda com pena de morte a todos aqueles, que comprassem géneros fiados aos mercadores, e a estes o mesmo se fizessem segunda venda antes de serem pagos da primeira”; salutífera ordenação, que Faria e Castro desejaria repriminizar: “Se hoje tivesse prática esta Lei, as forcas estariam sempre bem providas de vendedores, e compradores; mas as usuras seriam menores, e menos o luxo que se nutre com os fiados. A ideia do Rei nesta providência, que exactamente observaram os criados da sua Casa para exemplo, foi impedir desigualdades às famílias, que fazem ostentação da Nobreza, que lhes falta, com os aparatos da vaidade, que lhes sobra; e desigualá-las por este modo nos accidentes, assim como elas o estavam na substância” (HGP, IV, p. 296). Genocracia que porém não desdenha acolher nas suas fileiras o mérito, filho da façanha, como *Dom Vasco da Gama*, regressado de descobrir a Índia: “Do Rei, e do Reino foi ele recebido com o alvoroço, que se devia a uma proeza nova, não pensada das gentes. A generosidade, e reconhecimento não lhe demoraram o prémio, sendo um Dom o primeiro de tão grande serviço,” – e lá vai a zargunchada – “que hoje qualquer se confere sem preceder serviço, nem prémio: fantasia arbitrária a modo de enxerto encarnado em árvores aéreas, que não têm raízes, nem tronco” (HGP, IX, p. 103). Finalmente, para cúmulo deste exemplário, o nunca por demais incensado D. João V: “A Nobreza lhe levou muitas atenções, e Ele adquiriu os affectos mais puros da Nobreza. Como a conhecia pela coluna mais firme do Império, não a abatia para não cair o Edifício: engrossava-a para poder melhor com qualquer peso: levantava-a para o seu capitel subir ao Firmamento gravado em si o nome do Benfeitor com memória eterna” (HGP, XX, p. 383).

Remoques ao pombalismo e à sua política de promoção de uma nobreza secundária e de nobilitação de certa alta burguesia de negócios? Parece evidente. O advérbio *hoje* basta a instilar-lhes a nota actualística. Outras insinuações o confirmam. O alvo, agora, são os validos. Sigam alguns indículos:

“Via o Rei Rodrigo tanto mal dentro em casa, e ainda não podia crer, que o Conde Julião o promovia. Tanto se têm cegado alguns Reis com os Privados, que ainda vendo-os verdugos, os estimavam como amigos” (HGP, II, p. 157) – analogia com D. José e Pombal? Por sua vez D. Garcia, “Rei de Portugal”, cometeu o erro de “transplantar toda a autoridade no seu valido Verna, arrogante, e soberbo com os Senhores mais respeitáveis em qualidades, e merecimentos; Verna, um Arbitrista presumido, que com as suas invenções deu infaustos princípios à guerra, muitos infortúnios aos Grandes, e tristes calamidades à Pátria. Para a Nobreza era intolerável esta privança, que dava a um homem todo o poder da Majestade, e que deixava a Majestade com uma simples aparência de poder” (HGP, II, p. 263) – Verna, ou a vera efígie de Pombal?... Mais perto, D. João IV convocou cortes em 1642, e “é grande felicidade a dos Soberanos ouvirem muitos homens, para que chegue aos seus ouvidos a verdade, que dificultosamente sobe a eles, quando lhes fala um só homem” (HGP, XVIII, p. 234); o mesmo rei “não consentiu autoridade despótica a Validos absolutos, que são a peste devoradora dos Estados” (HGP, XIX, p. 123). O requisito *a contrario sensu* coroa, como não podia deixar de ser, em D. João V: “O nosso amável Monarca contraiu o Governo mais superior do Reino ao recinto do seu recatado Gabinete, sem que Validos especiais, a quem o povo, e todas as gentes agradecessem os acertos dele, nem de quem os mesmos se queixassem se succedessem desacertos: estes, que se levam sem perturbação, quando se sabe, que vêm immediatamente da pessoa do Rei, que é

homem sujeito a errar: aqueles que só ao mesmo Rei devem ser agradecidos, como fonte, origem, e canal não obstruído, por onde costumam correr as felicidades para regar todo o campo da Monarquia” (HGP, XX, pp. 372-373).

Já do reinado do filho não caberia dizer outro tanto... Convém assinalar que este trecho, o mais explícito, foi escrito reinava a neta.